

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**JULIANO OLIVEIRA GUEDES**

**A relação público-privada na organização sindical durante a ditadura civil-militar nos anos 1970: o caso do sindicato dos metalúrgicos de Canoas/RS**

**São Leopoldo**  
**2023**

Juliano Oliveira Guedes

**A relação público-privada na organização sindical durante a ditadura civil-militar nos anos 1970: o caso do sindicato dos metalúrgicos de Canoas/RS**

Trabalho apresentado para o Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, pelo Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Aparecida Bilhão.

São Leopoldo

2023

## AGRADECIMENTOS

Chego ao final desta que foi uma longa e desafiadora jornada, na qual, nunca imaginei passar por tudo que ocorreu durante esses anos de graduação, da solidão, da fome, do cansaço, das enfermidades, dos sacrifícios, no entanto, a perseverança me manteve no caminho de minhas escolhas e me fez levantar da cama, até nos dias mais sombrios de minhas tristezas.

Nesse percurso, conheci pessoas dispostas a me ajudarem e me encorajarem a permanecer na caminhada até este esperado momento, e são essas almas, que agradeço, do fundo do meu coração, pelas parcerias, amizades e coleguismo.

Antes de qualquer pessoa, agradeço à Aline Lupak, a primeira que me incentivou a buscar uma formação Superior e me dando apoio no início. Na sequência me deparei com grandes professores e professoras, além dos que me ensinaram muitas Histórias e Historiografias na graduação, foram muitos de escolas em que estagiei por vários anos, todos receptivos e queridos, mas destaco os que realmente me marcaram, em especial, a Profa Maria Guiomar, que me deu todo suporte com a Educação Especial, na E.M.E.F. Lauro Rodrigues, me mostrando o quanto a educação, com amor, faz a diferença. Da mesma escola, Simone Moraes, Profe Chris Mattos e o Véio Pitinga, por toda preocupação e ajuda que me deram em uns dos momentos de perrengue financeiro que passei. Da escola Caic Madezatti, sou grato pelo apoio da Professora de História Sabrina. Na E.M.E.F. C.M. Icaro, agradeço de coração às Professoras Mara, Jeane, Fabi, Luciana, Claudinha e a Dire. Jaqueline.

Aos meus Professores da graduação, por todo conhecimento passado, principalmente a querida Marluza Harres e Isabel Bilhão por me orientarem neste Trabalho de Conclusão e pela paciência diante de minhas dificuldades, assim como o Jairo Rogge e sua sensibilização em ouvir as necessidades dos graduandos. Mas em especial, a Professora Sirlei Gedoz, que teve o olhar aguçado de perceber e me ajudar quando eu estava afundado em luto e sozinho, para me reerguer em busca de apoio para seguir a vida, e à colega Historiadora Isabella Horst, pela parceria nos trabalhos.

Aos meus melhores amigos, Luiz Prado e Adriano Riella, pelos incentivos e suportes, agradeço a amizade genuína. Aos meus colegas mais valiosos, nas quais transformaram se em bons amigos, Maria Luiza Pedroso e Renato da Biologia, pelos nossos papos filosóficos e sociológicos.

Por fim, agradeço infinitamente, à pessoa que surgiu nessa minha última etapa da graduação, como uma salvação, no momento em que eu já não tinha quase mais força, e percebeu as minhas angústias e compreendeu o déficit de concentração em que eu me encontrava e sabiamente me deu o suporte necessário para eu poder seguir escrevendo...a Professora Historiadora Juliana C., muito obrigado por tudo.

## RESUMO

A viagem de João Goulart (PTB) à China em 1961, causou insegurança e desconfiança no cenário político nacional, particularmente entre os militares. O vínculo de "Jango" com o meio sindical e setores da esquerda tornou-se uma justificativa para que os militares declarassem abertamente o seu temor de que ele promoveria agitos subversivos no Brasil. Após o golpe civil militar, as estruturas hierárquicas industriárias permaneceriam as mesmas, no entanto os líderes sindicais pagariam o preço pela nova ordem política nacional ao serem depostos e perseguidos. Enquanto isso, o município de Canoas se industrializava e um novo sindicato surgia na região para representar os operários. Desde a emissão de sua carta Sindical, expedida pelo Ministério do Trabalho, em 1963 até 1980, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas. O presente trabalho busca, através da análise documental, investigar o passado do STIMMME DE CANOAS durante a Ditadura Civil-Militar, para tentar conhecer e compreender o funcionamento desta entidade e o seu papel diante dos trabalhadores canoenses, tendo como base a análise de um específico e peculiar documento produzido pelo sindicato em 1979, disponível no acervo digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

**Palavras-chave:** sindicato; Canoas; Ditadura Civil Militar; Ministério do Trabalho.

**LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 - Ficha de qualificação: Eleições 09-10 e 11/10/1978.....
- Figura 2 - listas tríplexes de candidatos aos cargos de vogais da justiça do trabalho rs. ....
- Figura 3 - listas tríplexes de candidatos aos cargos de vogais da justiça do trabalho rs. ....

## LISTA DE SIGLAS

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CGI - Comissão Geral de Investigação  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
COEMSA – Companhia Eletromecânica S/A  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DCI - Divisão Central de Informações  
DSI - Divisão de Segurança e Informação  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DIBARQ - Diretório Brasil de Arquivos  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
MIA - Movimento Intersindical contra Arrocho  
PC – Partido Comunista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional  
SNI - Sistema Nacional de Informação  
SSP- Secretaria de Segurança Pública  
STIMME – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE DITADURA: CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SINDICALISMO DURANTE OS ANOS 1970 ...</b>	<b>10</b>
<b>3. RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS NO INTERIOR DO SINDICALISMO NOS ANOS 1970: O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS/RS</b>	<b>28</b>
<b>3.1. O documento: “IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO “SR. PRESIDENTE” .....</b>	<b>36</b>
<b>3.2. A decisão do grupo diretivo .....</b>	<b>48</b>
<b>3.3. As medidas tomadas .....</b>	<b>49</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1. Introdução

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita foi fundado em 1º de setembro de 1960, mobilizado para atender os trabalhadores industriários da cidade, já que a região vinha se transformando num importante polo industrial metalmecânico. A entidade sindical canoense foi aos poucos se estruturando, tendo sido oficializada e registrada em 1º de maio de 1963, a partir de documento expedido pelo Ministério do Trabalho.

No ano seguinte, com a Ditadura Civil Militar instalada no país, a atuação do sindicato não foi expressiva, não se tem registro de grandes movimentações sociais ou registros de sua história até o final dos anos de 1970, provavelmente devido as ações repressivas ditatoriais. Diante dessas vagas informações, o problema de pesquisa consistiu em analisar onde estavam os sindicalistas da cidade de Canoas, e como eles resistiram à repressão estatal nos anos de 1964 a 1980? Que tipo de atividade desenvolviam no sindicato? Como era realizada a arregimentação dos trabalhadores para fazerem parte e efetivamente integrarem o sindicato? E se houve renovação dos quadros diretivos do Sindicato?

Desde o início do século XX os movimentos sindicais brasileiros buscaram conquistar direitos trabalhistas. Até meados de 1930, o sindicalismo brasileiro atuava de forma autônoma, desvinculada do patronato e do Estado, já a partir 1945, após a instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas, até 1988, os sindicatos permaneceram sob uma tutela estatal, independentemente das mudanças ocorridas no sistema político em vigor no país durante esse período. No entanto, após o golpe de 1964, em que os militares tomaram o poder Nacional e implementam uma Ditadura Militar, ações repressivas contra as manifestações sindicais passam a aterrorizar todos os tipos de manifestações trabalhistas pelo Brasil.

Nesse contexto, esta pesquisa tem utilidade tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista científico, tendo em vista que objetiva buscar informações sobre esse obscuro período da Ditadura Civil Militar na cidade de Canoas (RS) e sobre as ações repressivas exercidas pelo Estado sobre o sindicalismo canoense, já que são escassas e esparsas as informações e pesquisas sobre a atuação do sindicato dos metalúrgicos deste município durante o referido período.

Ao acessar o site do Arquivo Nacional no Diretório Brasil de Arquivos (DIBARQ), onde se teve acesso ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), foram encontrados documentos relativos ao período da Ditadura Militar onde constam informações da época de teor confidencial. E através de alguns desses registros foi possível identificar alguns dos agentes sindicais de Canoas do período, pois o Sistema Nacional de Informação (SNI) criava uma ficha onde registrava as ações dos cidadãos vinculados ao sindicato, inclusive fazendo clara alusão ao nível de suspeição de “subversão” de cada um deles.

Segundo Scarpelli (2019):

Isso demonstra que, assim como outros órgãos do governo federal, o Ministério do Trabalho também contava com uma Divisão de Segurança e Informações em sua estrutura [que se relacionava diretamente com a Segurança Nacional (*sic.*)]. Resta saber onde foi parar a documentação produzida por seus agentes. (SCARPELLI, 2019, p.148).

Sobre isso, Motta (2008) segue dizendo que:

As Divisões de Segurança e Informações (DSIs) nos ministérios civis foram criadas em 1967 com reestruturação do aparato de informações do regime militar. As DSIs tinham como função assessorar os ministros em questões de segurança nacional e nas tomadas de decisões. Também foram criadas as Assessorias de Segurança Informação (ASI) e Assessorias Especiais de Segurança Informação (AESI), subordinadas às DSIs a aos ministérios (MOTTA, 2008, p. 34).

Contudo, Franco (2008) propõem que:

Em 2007, a Casa Civil da Presidência da República determinou a todos os ministérios o recolhimento ao Arquivo Nacional dos acervos produzidos pelos órgãos de segurança e informações instalados nos ministérios civis durante a ditadura militar. No entanto, na ocasião, a maior parte dos ministérios negou a existência dessa documentação (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 29-42).

Deste modo, a partir do capítulo seguinte veremos como o sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita se constituiu, no início dos anos de 1960, no município de Canoas, cidade vizinha à capital Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. Além de buscar informações sobre o desenvolvimento industrial da cidade de Canoas no período analisado, esta pesquisa analisou o

quanto o crescimento deste setor produtivo exigiu uma égide sindical na busca pelos direitos dos trabalhadores. Pois segundo Cattani (1993) as lutas sindicais foram extremamente importantes, tendo em vista ajudavam a garantir a estabilidade dos contratos salariais, e asseguravam o bem-estar dos trabalhadores num padrão elevado de vida.

Com a oficialização do sindicato dos metalúrgicos de Canoas em 1º de maio de 1963, a partir do documento expedido pelo Ministério do Trabalho, os trabalhadores poderiam ter passado a contar com um apoio mais expressivo em prol de suas causas trabalhistas, não fosse pelo golpe dado a democracia brasileira no ano seguinte.

A escassez de estudos em relação às ações sindicais do município de Canoas no início da Ditadura Civil Militar e durante período analisado no presente trabalho, seja através de publicações abertas ao grande público ou de nível acadêmico, levantava questionamentos e dúvidas sobre a existência de materiais produzidos naquela época, fosse com o propósito de resistência à repressão ditatorial ou de manifestações trabalhistas mais objetivamente, tendo em vista que os governos militares, no âmbito econômico, trabalharam com medidas de arrocho salarial.

Na busca por fontes primárias, documentos relacionados ao período inicial de atuação do sindicato dos metalúrgicos de Canoas, para alcançar o propósito do presente trabalho, descobriu-se que realmente existem materiais armazenados pelo próprio órgão sindical canoense, referente ao recorte temporal proposto para a análise. No entanto, segundo o breve relato de fonte oral, membro do quadro de funcionários do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, o material para a pesquisa histórica encontra-se armazenado na própria instituição sindical, porém, sem nenhum tipo de catalogação ou armazenado em plataformas digitais, o que acarretaria para esta pesquisa uma longa e exaustiva jornada na investigação nesses documentos primários.

Dentro dos meios disponíveis, o presente trabalho busca, através da análise documental, investigar o passado do STIMMME DE CANOAS durante a Ditadura Civil-Militar, para tentar conhecer e compreender o funcionamento desta entidade e o seu papel diante dos trabalhadores canoenses, tendo como base a análise de um

específico e peculiar documento produzido pelo sindicato em 1979, disponível no acervo digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

## **2. A organização sindical em tempos de ditadura: características gerais do sindicalismo durante os anos 1970**

A viagem de João Goulart (PTB)<sup>1</sup> à China comunista em 1961, durante o período da renúncia de Jânio, causou insegurança e desconfiança entre os políticos e os militares brasileiros, que declararam a recusa em aceitar Jango na presidência (FICO, 2017). Uma das justificativas da ala militar para negar a posse de Goulart na presidência se baseava no histórico do vice-presidente, que mantinha vínculo com os sindicatos e comunistas e era esquerdista, levando a alta cúpula militar a acreditar que ele promoveria agitações frequentes nos meios sindicais. Essas alegações, eram ressaltadas pelos chefes das Forças Armadas, que alertavam para a segurança nacional e o perigo de uma tomada comunista no Brasil (FICO, 2017).

A partir desses discursos por parte dos grupos militaristas, que visavam aplicar um golpe na democracia brasileira, vislumbra-se a tendência das ações repressivas antidemocráticas que estariam por vir no período da Ditadura Civil Militar no Brasil, impedindo que os sindicatos dos trabalhadores pudessem se manifestar e reivindicar os direitos trabalhistas sem serem oprimidos ou silenciados.

Desde 1961 jornais operários produzidos no Estado do Rio Grande do Sul eram bastante presentes no cenário político, alavancados, por um lado, para fazer frente a situação que o país atravessava com relação as primeiras iniciativas do golpe Militar, e por outro pelos movimentos em prol da Legalidade, fortemente presentes no Estado, comandados pelo então governador, Leonel Brizola.

O governo ditatorial brasileiro permitiu que as estruturas hierárquicas nas indústrias permanecessem as mesmas, no entanto, os líderes sindicais sofreram as consequências do novo sistema de governo brasileiro, de caráter repressivo, o que, de acordo com Reis (2000), não ia ao encontro dos valores liberais e democráticos.

---

<sup>1</sup> Partido Trabalhista Brasileiro.

Segundo Cattani (1993), nos anos da ditadura militar no Rio Grande do Sul o Governo fornecia algumas vantagens "clientelísticas" aos movimentos sindicais, no entanto, o poder estatal não deixou de exercer sua violência repressiva predominante neste período, intervindo em algumas ações sindicais e promovendo cassações de dirigentes desses órgãos, quando estes eram contrários ao regime militar vigente.

Com relação aos movimentos sindicais da década de 1960, há uma diferença nas manifestações realizadas entre o período pré-ditatorial e após o seu desenrolar. Segundo os dados do autor Antônio David Cattani (1993), a diferença quantitativa entre as greves ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul, de 1963 e o primeiro ano da ditadura militar (1964) é expressiva pois, enquanto nas vésperas do golpe houve 37 greves importantes no Estado, no ano seguinte, no qual que se instaurou o militarismo estatal, contabilizou-se apenas duas greves expressivas, e nos dois primeiros anos que se seguiram foram apenas seis greves gerais. Tendo em vista que os governos militares passaram a controlar os sindicatos nomeando pessoas de sua "confiança". Segundo Mattos (2003, p.49), os interventores que substituíram as direções sindicais aos serem estipulados pelos militares não foram pessoas desconhecidas e sim dirigentes antigos e de outros partidos.

Uma vez que a região de Canoas (RS) possuía já há algumas décadas instalados quartéis do Exército e da Aeronáutica, a localidade passou a ser considerada, a partir de 24 de janeiro de 1969, como "área de segurança nacional". A questão da vigilância nacional, a partir de 1964, passou a ser imposta de forma rigorosa com o governo Castelo Branco, primeiro presidente do período ditatorial. Uma de suas medidas duras foi a "Lei de Segurança Nacional", que visava demonizar os inimigos internos que fossem contra o novo sistema, além de decretar leis que restringiam a imprensa.

A industrialização da região de Canoas deu-se por meados das décadas de 1920 e 1930. Em 1937 o Terceiro Regimento de Aviação Militar foi instalado no distrito, fazendo da região um local estratégico, o que segundo as pesquisas de Viegas (2011) potencializou a transformação do cenário urbano de Canoas. Segundo a autora, Canoas teve seu primeiro loteamento formado por volta de 1929, o qual na época era chamado de Vila Rio Branco, hoje um bairro de Canoas. Foi

neste primeiro loteamento que se deu a instalação dos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros nos anos 1930.

Com o estabelecimento desses frigoríficos na região da Villa Nictheroy<sup>2</sup>, uma considerável quantidade de imigrantes foi sendo atraída e aos poucos foi tomando forma uma "sociedade urbano industrial" (PESAVENTO, 1983, p. 8). A própria Frigosul, por volta de 1940, para estabelecer os trabalhadores nas proximidades da empresa, construiu habitações similares à uma vila operária, que ficou apelidada de "Pombal". (VIEGAS, 2011, p. 52).

O pico de maior intensidade da urbanização de Canoas foi na década de 1940, principalmente por meio dos sistemas de loteamentos. Segundo consta na obra "*Canoas - para lembrar quem somos*", no volume sobre os bairros São Luiz e São João, o crescimento do setor industrial-manufatureiro do Rio Grande do Sul esteve relacionado com o desenvolvimento dos maiores e principais centros urbanos do Estado, tais como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Sobre isso, e citando a historiadora Sandra Pesavento em várias de suas obras, Weimer (2022) afirma que:

A incidência de fatores econômicos no abandono de regiões centrais não é novidade na bibliografia sobre a temática. Os estudos, porém, mencionam mais o impacto dos impostos do que a escalada inflacionária. Pesavento (2006, p. 115) destacou que em fins do século XIX os aluguéis tornaram-se insuportáveis, respondendo tanto à avidez dos proprietários quanto às ambições saneadoras do poder público. (WEIMER 2022, p. 8 Apud PESAVENTO 2006, p. 115).

O custo de vida em Porto Alegre passou a aumentar expressivamente a partir de 1897, com a modernização urbana, impactando nos valores dos impostos prediais e do transporte público. O que, segundo o político canoense Francisco Biazus<sup>3</sup>, em sua colaboração para a acima referida série de livros sobre a história dos bairros de Canoas, fez com que a industrialização da cidade atraísse muitas pessoas interessadas em morar nas proximidades das fábricas. Neste fenômeno,

---

<sup>2</sup> Hoje essa localidade é chamada de Bairro Niterói.

<sup>3</sup> Francisco Biazus residiu em Canoas desde 1958. Veio para a cidade aos 17 anos de idade para trabalhar na região em um posto de gasolina. Nos anos 1960, tornou-se um dos proprietários da Social – Sociedade de ônibus Canoense Ltda, empresa de transporte que em 1966, após cadastrada, adotou o nome de Viação Canoense Sociedade Anônima. Em 1967 afiliou-se à ARENA, partido político em vigor no regime ditatorial brasileiro, e eleito vereador em 1977 a 1988.

muitos dos imigrantes vinham de Porto Alegre para Canoas, aumentando o horizonte de trabalhadores disponíveis na região<sup>4</sup>.

A transformação do cenário geográfico canoense em cidade industrial já era notável na segunda metade dos anos 1950, recebendo a seguinte descrição nos meios jornalísticos:

A posição geográfica, a população operária, as linhas férreas, o sistema fluvial navegável que a circunda, os dois campos de aviação existentes, a extraordinária rede rodoviária que liga o município aos demais, a proximidade com a metrópole gaúcha, abundância da força elétrica, rede hidráulica e transporte rápido, fazem de Canoas o mais aconselhável ponto de concentração industrial do estado. (...) (Diário de Notícias, 23/12/56) p. 241).

Nos anos de 1950, a gestão de Sezefredo Azambuja Vieira, eleito prefeito nas eleições de 1955 com cerca de 4.699 votos, tendo exercido o cargo de 1956 a 1959, investiu significativamente no setor urbanístico, com o remodelamento de vias públicas, e a abertura de novas ruas com ênfase nas vilas operárias (VIEIRA, 2004, p. 13).

A indústria foi um dos setores produtivos mais expressivos da economia Rio-grandense, tendo passado pela mudança da matriz agrícola para industrial mais intensa por meados de 1970. Os índices oficiais sobre o produto estadual gaúcho apontavam um aumento do percentual industrial, de 16,6 % em 1959, para 24,3% em 1980 (LAPOLLI, 1993, p. 472).

Na década de 1950 Canoas já era vista como um polo industrial promissor, visto que sua posição geográfica tornava propício o desenvolvimento das indústrias e o escoamento da produção. Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo próprio município, em 1956 Canoas já possuía em seu território mais de 15.000 prédios, 1.632 casas comerciais, 186 fábricas, 257 oficinas em geral. (Diário de Notícias, 23/12/56).

---

<sup>4</sup> Pesavento faz menção a esse fenômeno em: "Portanto, amparados pelo poder público ou não, os pobres estavam sendo progressivamente expulsos do Centro da cidade para zonas menos nobres: ou para os terrenos alagadiços dos bairros fabris Navegantes e São João, que demandavam maior eficácia dos serviços urbanos, ou para as terras altas de Mont'Serrat, para onde tinham ido na década de 20 os negros que moravam na Colônia Africana, no início do século. Mas também a Cidade Baixa e o Menino Deus eram alvo da procura das populações de baixa renda: no Areal da Baronesa, na Praia do Riacho, na Rua da Varzinha, nas barrancas do arroio Dilúvio se erguiam casebres (PESAVENTO, 1994, p. 111-112)

Nas décadas de 1960 e 1970 os setores industriais da metalmecânica, dos materiais de transporte e dos materiais elétricos e de comunicações começaram a se destacar devido à sua grande importância econômica. Neste interim, empresas como a Micheletto, a qual esteve situada em Porto Alegre desde sua fundação, em 1912, pelos irmãos italianos Cipriano Micheletto e Ruggero, e que tinha como foco a produção de tornos mecânicos paralelos e parafusos, expandiram suas locações para Canoas. A Micheletto especificamente o fez por volta de 1963, vindo a se instalar definitivamente no município em 1974, visto que Porto Alegre estava restringindo cada mais a disposição geográfica das fábricas localizadas no centro da capital.

Assim, Canoas acabou se tornando uma região estratégica no que diz respeito a instalação das indústrias, por localizar-se ao lado da capital Rio-grandense e fazer parte do caminho de acesso aos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo por meio da BR-116 e do trem que cortava o município.

Segundo Campilongo (1988), na década de 1980 a concentração de indústrias no município de Canoas já era expressiva, sendo a quarta região metropolitana de Porto Alegre a atingir este patamar. Neste período, Canoas possuía uma média de 111 indústrias metalúrgicas de diversos portes, para número populacional total (urbano e rural) de 195.049 habitantes.

Já em âmbito internacional o fenômeno da urbanização acompanhava os desenhos e fluxos da divisão internacional do trabalho, na qual, diante da concorrência internacional, países como os EUA buscaram estratégias para encarar a competitividade global reduzindo os custos de produção, uma de suas táticas foi o investimento na instalação de unidades de produção e comercialização dentro dos países periféricos de economia capitalista, de certo modo, com intuito de explorar a mão de obra estrangeira a baixos custos, além de outros fatores<sup>5</sup>. Essas medidas acabavam indo ao encontro das políticas dos governos desses países, que tinham interesse em atrair e estimular o investimento estrangeiro (COSTA, 2008, p.1). Todavia, as maiores potências capitalistas acabavam adquirindo vantagens em

---

<sup>5</sup> Para Paulo Fagundes Vizontini (2000, p. 150), alguns fatores que estavam atrelados às políticas econômicas estrangeiras de investimentos em países periféricos na América Latina, era o aproveitamento da baixa, ou ausência de legislações regulamentadoras das relações de trabalho em diversos países, considerados de Terceiro Mundo, além das facilidades fiscais, que viabilizavam a instalação de indústrias nesses territórios.

relação a seus rivais comerciais, adentrando em seus territórios obtendo ampla competitividade econômica (VIZENTINI, 2000, p. 102).

No início dos anos de 1960 o número de operários na indústria brasileira era expressivo. Conforme observou Mattos (2003), desde os anos de 1920 o número de trabalhadores industriários passou de 275 mil para cerca de 3 milhões na década de 1960.

O governo do presidente Juscelino Kubitschek impulsionou a indústria automobilística através de seu Plano de Metas. A produção de carros, caminhões e motores ganhou bastante notabilidade, superando as expectativas da Meta número 19<sup>6</sup> em 14% no setor siderúrgico (FICO, 2017).

Uma das características do governo de Kubitschek, apontadas pelo referido autor, foi o perfil conciliador do presidente, que garantia estabilidade para o seu governo atendendo às demandas da elite e, ao mesmo tempo, oferecendo segurança e liberdade para que as classes operárias pudessem se manifestar livremente por meio de greves. Nesse período, as reivindicações e necessidades dos trabalhadores diante de sua situação laboral receberam considerável atenção e até apoio do Ministério do Trabalho, conduzido por João Goulart.

O fim do governo gestão JK foi economicamente turbulento. Naquele momento a gestão do Governo Federal foi entregue deixando uma taxa inflacionária muito alta em relação aos quatro anos anteriores, pois o Plano de Metas colocado em prática no período necessitou de investimentos exorbitantes e Kubitschek, supostamente, não poupou esforços para garantir uma reeleição. O impacto desse novo período inflacionário recaiu sobre salários dos trabalhadores conforme aponta Mattos (2003, p. 38):

A principal causa das perdas salariais era a inflação, decorrente do aumento das emissões monetárias e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo Plano de Metas do governo Juscelino. A taxa anual de inflação, que em 1955 era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Nos anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79% em 1963.

---

<sup>6</sup> A meta siderúrgica previa a elevação da produção do aço do número de um 1.162.000 toneladas em 1955 para 2.300.000 em 1960. Além da construção de novas usinas para garantir ampliação da produção para cerca de 3.500.000 toneladas em 1965. (PLANO DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, p. 69).

Conforme Pesavento (1989, 1994, 1995, 1999, 2001, 2006) o acirramento das condições econômicas ocasionou um processo de transformações urbanas em função do aumento das dificuldades dos trabalhadores. E é exatamente às condições de vida dos trabalhadores que os sindicatos respondem ou, pelo menos, deveriam responder.

Para o historiador Marcelo Badaró Mattos (2003) o movimento sindical brasileiro teve uma ascensão entre a década de 1950 e 1964, devido às flexibilizações dos governos deste período. O autor embasa essa afirmação na análise quantitativa dos episódios de greves organizadas por sindicatos, que ganhavam crescente visibilidade e notabilidade entre a opinião pública. Além disso, o autor considera que nessa fase os sindicatos fizeram um importante movimento agregador e passaram a se estruturar numa rede intersindical, indo ao encontro da concepção de associativismo proposta por alguns teóricos da sociologia.

O fenômeno do associativismo sindical tende a levar à integração dos trabalhadores em um meio em comum na busca pela melhoria nas condições de trabalho e melhores remunerações para que tenham uma vida digna com acesso a moradia em perfeitas condições, alimentação básica, cultura e lazer. Cattani (1991, p. 36) defende as ações coletivas como um processo civilizatório onde as ações sociais não são meros movimentos da humanidade sem algum sentido ou fragmentadas, mas que podem ser uma ação que “resgata o papel essencial da produção social e da institucionalização das lutas em entidades associativas”. Essas formas conjuntas e colaborativas de grupos sociais podem ser bem compreendidas pela seguinte afirmação:

Contra a fragmentação e atomização social impostas, contra o individualismo autossuficiente e desagregador, destacamos o movimento associativo e desagregador, destacamos o movimento associativo institucionalizado como forma de valorizar a existência humana, de dar à humanidade a chance de não mais restringir a fruição do progresso a um círculo estreito de privilegiados, de permitir a promoção individual em dimensões cada vez mais amplas que apenas o coletivo permite. (CATTANI, 1991, p.36).

O associativismo vem constituindo as relações sociais durante séculos. Conforme já mencionado, vários autores chegaram ao consenso de que as relações

associativas contemporâneas têm sido um avanço social significativo pois eles se baseiam tanto numa experiência de contrato quanto de voluntarismo. Para Avritzer (1997), as associações voluntárias criadas no Brasil do século XIX variavam, desde as de cunho religioso formada por irmandades, principalmente no Rio de Janeiro, até as associações de ajuda mútua, esta segunda formada por brasileiros já estabelecidos na região e imigrantes que apostavam na previdência para as suas futuras gerações.

A transição do século XIX para o XX apresentou uma homogeneidade nessas formas de associativismo, apesar de predominar uma debilidade, como Avritzer (1997, p. 159) identifica. “Desse modo, uma dupla debilidade permeia o associativismo brasileiro do final do século: por um lado ele surge ainda marcado por um forte componente religioso e, pelo outro, começa a se homogeneizar, como um associativismo sindical (...).” É justamente neste período que o sindicalismo se mostra crescente através dos movimentos operários expressivos na Europa do século XIX.

Contudo, autores como o cientista político e sociólogo Leôncio Martins Rodrigues (2009) e como o sociólogo Antônio David Cattani (1991) propõem que havia uma relutância de alguns trabalhadores, principalmente da classe operária, em conceber os sindicatos como entidades que lutavam por melhores condições de vida e direitos trabalhistas. Segundo Rodrigues (2009)<sup>7</sup>, trabalhadores do operariado concebiam os salários pagos pelas indústrias do setor automobilístico como “justo”, pois as empresas de grande porte teriam condições e interesse em manter seus funcionários com salários justos e adequados, no intuito de causar o desinteresse dos mesmos em associar-se nas entidades sindicais, conforme o autor assinalou:

Em tal contexto (parece quase ocioso dizer) as condições propiciadoras para a emergência de padrões coletivos de ação são em grande parte eliminadas. Para o trabalhador, a organização sindical parece desnecessária, pelo menos enquanto instrumento de pressão sobre a empresa. Com efeito, a proporção de trabalhadores é baixa. Entre os ferramenteiros porcentagem é de 39%. Entre os operários, apenas 21% são sindicalizados. (RODRIGUES, 2009, p. 94).

---

<sup>7</sup> Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra *“Industrialização e Atitudes Operárias Estudo de um grupo de trabalhadores”* (2009), trouxe dados sobre a opinião dos trabalhadores da indústria automobilística feito por meio de questionários formulados para traçar um perfil da classe no início dos anos 1960.

Tal como é observável por meio da pouca quantidade de cadastros de trabalhadores nas entidades sindicais o percentual de trabalhadores da área automobilística sindicalizados no período inicial da década de 1960 era pouco expressivo. Dentre algumas das alegações dos trabalhadores para a não sindicalização há relatos como os que se seguem: “Não há vantagem em ser sindicalizado”, “o sindicato só trata de política”, “a empresa não gosta de gente sindicalizada” ou então “o sindicato não atende ao trabalhador” etc. (RODRIGUES, 2009, p. 98).

Contudo, Rodrigues (2009) salienta que muitos dos trabalhadores associados aos sindicatos buscavam esse vínculo para usufruir de benefícios tais como recursos médicos e orientações jurídicas<sup>8</sup>, enquanto um número menor de trabalhadores concebia a entidade social como um potencial órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Para Cattani (1991), o processo de implementação de um sistema tutelar, como o que foi feito no governo de Getúlio Vargas<sup>9</sup>, no qual todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores foram tidos como uma mera benevolência do Presidente e de outros dirigentes, foi o causador de uma dissociação do entendimento dos trabalhadores de que suas conquistas trabalhistas eram, na verdade, resultado de um esforço coletivo e de suas lutas sociais juntamente com as diversas entidades sindicais. Por fim, esse vínculo entre sindicato e Estado deturpa a essência da entidade trabalhista que, de certa forma, afasta a população da participação dos movimentos associativos, e o argumento que corrobora com esse efeito pode ser visto da seguinte forma, “Sondagens de opinião registram que a

---

<sup>8</sup> Trata-se da assistência jurídica por meio do oferecimento de serviços advocatícios gratuitos ou de baixo custo por profissionais parceiros dos sindicatos.

<sup>9</sup> O sindicalismo brasileiro foi desenvolvido sob a tutela do governo Getúlio Vargas a partir da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A CLT criou um sistema sindical único, controlado pelo Estado, que proibia greves e manifestações políticas. O governo Vargas tinha como objetivo controlar o movimento sindical e evitar que ele se tornasse um instrumento de oposição política. Para isso, o governo estabeleceu um sistema de tutela, no qual os sindicatos eram obrigados a se filiar à Confederação Nacional do Trabalho (CNT), a qual era controlada pelo Estado. O sistema sindical criado por Vargas teve um impacto significativo no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. Ele contribuiu para a organização dos trabalhadores e para a melhoria das condições de trabalho, mas também limitou a autonomia e a capacidade de mobilização do movimento sindical.

'confiança' nos sindicatos é alta, mas as estatísticas apontam que a real participação nas entidades é numericamente insignificante." (CATTANI,1993, p. 669).

Analisando a gênese do sindicalismo, Silva (2019) ponderou que a *Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)*<sup>10</sup>, fundada em 1864 na Europa (e que se manteve em funcionamento até a sua cisão em 1872) e propôs que através de debates e embates, ela proporcionou a diferenciação e delimitação dos modelos de sindicalismo emergente. Essas concepções filosóficas primárias do associativismo sindical, percorreram o além-mar da região europeia até as terras brasileiras, chegando aqui, inclusive com os imigrantes, e fazendo parte do coletivismo regional como forma de estabelecer associações de socorros mútuos dentro das comunidades, principalmente as operárias.

Para Marçal (2004), dentre as concepções de sindicalismo disseminadas nas últimas décadas do século XIX, principalmente no Rio grande do Sul, a mais expressiva foi a de cunho "mutualista". Segundo ele, essa concepção refletia ideias e processos do anarquismo europeu.

A História Operária do Rio Grande do Sul, segundo João Batista Marçal, pode ser dividida em três etapas distintas, iniciando por volta do ano de 1877, definindo como Período Mutualista, a partir da fundação da Sociedade Operária Italiana Mútuo Socorro e Beneficência Vitorio Emanuele II, sendo predominante até 1892, quando surge uma nova corrente considerada Período Social-Democrata, quando é fundada a União do Trabalho de Rio Grande, em 1892, sendo delimitada até 1910. Por terceiro, quando os anarquistas e anarco-sindicalistas passam a tomar as associações de trabalhadores, incluindo a FORGS, em 1912, começa uma sequência de greves, que vai preparando o cenário para em 1917, ocorrer uma grande greve, considera se este o Período Anarquista, seguindo se até 1930.

---

<sup>10</sup> A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) teve sua fundação, segundo o Historiador Selmo Nascimento da Silva (2019, p. 5), gerada por correntes distintas do movimento operário europeu, como os *trade-unionistas* e os *mutualistas*, "As trade-unions inglesas se converteram em sinônimo de sindicalismo de ofício, dedicado às lutas cooperativistas de um lado e, de outro lado, às disputas eleitorais.". Em 1862 ocorreu o primeiro encontro entre os operários das ligas francesas e inglesas, no entanto, em 1869, por questões divergentes, conforme as concepções da AIT iam se tornando hegemônicas, os trade-unionistas acabaram se afastando. Os *mutualistas* por sua vez, se caracterizaram pela influência das ideias anarquistas de Pierre-Joseph Proudhon (189-1865), que a partir dos debates ocorridos na AIT, começaram a se distinguir em duas correntes, os mutualistas individualistas e os mutualistas coletivistas.

A característica marcante das entidades mutualistas é que elas tinham como objetivo fundamental ajudar seus “associados” em caso de emergências, prestando socorro aos trabalhadores através da ajuda mútua, principalmente nos centros urbanos, em caso de acidentes e doenças, além de prestar ajuda pecuniária nos anos de velhice ou em caso de invalidez de seus associados.

Todavia, a criação de novos sindicatos no início dos anos 1960 era intensa, e a crise inflacionária no país ajudava a criar motivos para as mobilizações sindicais e para fazer com que os trabalhadores reavaliassem a situação econômica nacional e repensassem o sentido da existência das entidades associativas que lutavam por seus direitos. Coincidentemente, em 1960 ocorreu o III Congresso Sindical Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, um evento de âmbito nacional, que trouxe importantes pautas trabalhistas como:

1) situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta nacional, regional e local por melhores condições de vida; 2) reforma e melhoria da atual legislação social, adaptação às novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente da Previdência Social e do direito universal de greve; 3) reforma do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista de plena autonomia e liberdade sindical, relações do movimento sindical nacional com outros países do mundo e criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país; 4) situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente por sua organização sindical; 5) os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical. (NOVOS RUMOS, Rio de Janeiro, semana de 12 a 18 de agosto de 1960, N°76 p.02).

Este evento praticamente foi o propulsor para a criação de uma Central Sindical, e com a sequência de ciclos de eventos que vinham ocorrendo no início desta década, no ano seguinte, em 1962, foi a vez do *IV Encontro Sindical Nacional*<sup>11</sup>, em São Paulo. Neste encontro foi aprovado o Plano de Ação Imediata, que previa “(...) uma campanha de esforços pelas reformas de base, que seria o norte da atuação política do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) nos dois anos seguintes.” (MATTOS, 2003, p.42).

---

<sup>11</sup> O IV Encontro Sindical Nacional contou com a participação de 3.500 delegados representantes de 586 entidades sindicais. Neste evento, houve a aprovação para a criação de um “Comando Geral dos Trabalhadores”.

Desde o fim da década de 1950 até 1963 houve um crescimento expressivo e contínuo das mobilizações grevistas. Muitas greves feitas neste período fizeram diversas contestações como, por exemplo, contra a entrada de políticos conservadores no parlamento e contra a formação de gabinetes compostos por “nacionalistas”, cabendo ressaltar que, diversas categorias sindicais atuaram nas diversas mobilizações, cada qual com suas reivindicações. Pode ser considerado que a demanda crescente das mobilizações grevistas sindicais ao longo de 1955 até 1964, contribuíram para o surgimento das organizações paralelas, citadas anteriormente, exemplificando com as intersindicais, as comissões sindicais por empresa ou a própria CGT que representava a cúpula, ou seja, caminhos alternativos para as práticas de mobilizações quando necessárias que não estivessem atreladas à estrutura sindical Estatal tutelar montada nas décadas do governo Vargas.

Nos primeiros meses de 1964 já era perceptível a ameaça à democracia do país. As lideranças sindicais apostavam forte na defesa de um governo constitucional com João Goulart, pois depositavam grandes expectativas nas reformas de base dirigidas ao suposto futuro Presidente. Quanto a CGT, preocupada com as movimentações militares que cada vez mais se mostravam perigosas ambicionando derrubar Jango e seu governo, trataram de articular estratégias de resistência a favor do Presidente (Mattos, 2003).

Segundo Schwarcz e Starling (2015), após a tomada do poder do Estado Brasileiro pelos militares, em abril de 1964, um dos passos do governo militar foi intervir em 433 entidades sindicais. Para os autores, a cassação dos direitos políticos passou a ser uma prática frequente pelo novo sistema autoritário, sendo que, até março de 1967, uma média de quatrocentas cassações de membros do poder legislativo seriam efetivadas para reduzir o Congresso, eliminando aqueles considerados de esquerda e subversivos.

Mattos (2003) ressalta que a instauração de Inquéritos Policiais Militares também foi aberta para perseguir os principais dirigentes sindicais. Não bastasse, a parceria entre militares e empresários conectados ao meio do grande capital nacional, teve como consequência o entendimento de que era necessário frear os avanços dos movimentos trabalhistas, tanto no campo quanto na cidade, e nas

palavras de Mattos (2003, p. 49) “Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental”.

Segundo esse entendimento de que os movimentos sindicais configuravam uma ameaça ao regime ditatorial do país, o objetivo do governo e da elite com relação aos movimentos dos trabalhadores era sufocá-los, ou mesmo extingui-los pela base, através da interferência direta nas direções das instituições, vinculando-as ao Estado. A tática utilizada não era nada inovadora e sim a mesma utilizada décadas anteriores, instituída por Getúlio Vargas, ou seja, o velho controle das entidades sindicais a partir das suas direções hierárquicas, contudo, a novidade era o teor do controle: repressivo, autoritário e intolerante.

De certo modo, para benefício dos militares então estavam no poder, foi possível contar com adeptos de vários setores da sociedade civil como, por exemplo, do próprio setor sindical, onde aqueles que antes haviam sido destituídos dos cargos diretivos por perderem eleições de disputa pelas direções das entidades sindicais e sentiam-se frustrados por terem perdido esse espaço para os esquerdistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) atuaram seus como colaboradores.

Segundo o Boito Jr (2005), no período entre 1968 e 1978, durante a vigência do regime militar brasileiro, predominou um "sindicalismo de governo"<sup>12</sup>, no qual se dava um controle direto e rigoroso dos movimentos sindicais pelos governos militares. Em síntese, a maioria dos sindicatos oficiais era “pelego”<sup>13</sup>, isto é, sindicatos pagos para trabalhar em prol dos seus trabalhadores, mas que na verdade estavam alinhados às políticas de caráter governista, e quem se opusesse estaria sujeito a ser afastado dos sindicatos pela política governamental. O referido autor observa que o peleguismo sindical estava entranhado nas entidades sindicais no período da ditadura militar, e os agentes estipulados pelo governo para exercerem a função de dirigentes sindicais acabavam, na maioria das vezes, monopolizando os cargos. Essa situação de engessamento só iria enfraquecer por

---

<sup>12</sup> Para Armando Boito Jr, o sindicalismo de governo atrelava os sindicatos ao Estado, graças à estrutura sindical formada por décadas anteriores, na qual se sucedeu ao longo dos anos e diferentes governos, inclusive os que governaram o país no período tido, para alguns historiadores, como populista.

<sup>13</sup> Expressão criada no período do Governo de Getúlio Vargas para definir os dirigentes sindicais que se ajustavam às necessidades patronais, ao invés de levar adiante as pautas trabalhistas com intuito de melhoria contínua aos trabalhadores.

volta da década de 1980, com o processo de reabertura democrática, quando os cargos diretivos dos sindicatos oficiais passariam para as mãos de agentes não governistas, que reivindicavam já ao longo de anos a abertura do sistema ditatorial imposto no país, como Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical com grande destaque na região do ABC Paulista neste período, juntamente com outros movimentos de oposição sindical que se sucederam nos anos seguintes, dando uma nova cara aos movimentos sindicais através do sindicalismo combativo.

Contudo, diante das novas políticas de Estado em vigor no território Nacional brasileiro, engendradas e implementadas desde o início da ditadura civil-militar, foi em 1968 que um grande número de trabalhadores, em Minas Gerais e logo em seguida São Paulo, tomaram a iniciativa de contestar as “leis do arrocho<sup>14</sup>” alinhadas à agenda neoliberal externa.

Segundo Buonicore (2018), no ano que antecederam as manifestações operárias de Contagem e Osasco houve uma pequena flexibilização na política sindical dessas regiões, principalmente em Minas Gerais, permitindo que a oposição formasse uma nova chapa dentro da entidade sindical metalúrgica com o intuito de tomar a direção que já estava degradada pela intervenção ministerial e enfraquecida por estar nas mãos de diretorias “conciliadoras”. Isso foi possível devido a algumas ações políticas por parte do então ministro do Trabalho, Jarbas Gonçalves Passarinho, que segundo Mattos (2003), anunciaria o seu apoio à renovação sindical no ano de 1967, com isso, diminuindo as perseguições de dirigentes sindicais eleitos (embora seja importante frisar que essa reorientação trazida pelo Ministro não significou exatamente um rompimento com a proposta do sindicalismo “tutelado” pelo Estado, e sim uma flexibilização do mesmo, pois mas não “quando fosse necessário”, devido às ideologias políticas dos indivíduos, sanções continuavam sendo aplicadas).

Com isso, podemos conceber que a flexibilização na liberdade do movimento sindical neste momento da história, período ditatorial, encorajaria protagonistas

---

<sup>14</sup> Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, a ditadura criou mecanismos para enfraquecer as ações trabalhistas sindicais e seus movimentos de melhorias, não só no âmbito trabalhista, mas também em outros setores como educação e melhores condições de vida para a sociedade brasileira. A legislação mais autoritária imposta pelo governo neste período, foram as leis de arrocho, que visavam medidas drásticas como proibição de greves, controle sobre os índices de reajuste salarial, fim da estabilidade aos dez anos de serviço, desmonte do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), este último substituído pelo INPS (Mattos, 2003).

dispostos a contrariar as imposições do governo autoritário. Com esses esforços dos trabalhadores, o que viria a se constituir seria o Movimento Intersindical contra Arrocho (MIA).

Os movimentos intersindicais contrários ao governo passaram a ser uma forma de resistência nos três últimos anos da década de 1960, e neles quem fazia a frente eram os dirigentes sindicais, que buscavam um equilíbrio nas propostas de maior mobilização das bases, para que pudessem continuar resistindo à ditadura. A resistência deveria agir com cautela e moderação, para evitar que houvesse o afastamento dos dirigentes dos postos de liderança dos sindicatos oficiais (MATTOS, 2003).

Foi nesta reação oposicionista que Ênio Seabra, um operário da indústria Mannesman, aproveitou a oportunidade para montar uma chapa sindical opositora, a qual lhe rendeu a vitória no Sindicato dos Metalúrgicos. No entanto, segundo Buonicore (2018) as esperanças de mudanças sindicais naquele momento acabaram sendo frustradas com a interferência do Ministério do Trabalho, que barrou a posse de Ênio e membros de sua chapa na diretoria do sindicato.

Foram ações desse tipo que geraram um mal-estar constante naqueles que desejavam mudar a forma de administração engessada e estagnante que predominava nas diversas entidades sindicais, sociais e políticas daquele período ditatorial brasileiro, onde as tentativas de reestruturação eram canceladas por força da hierarquia estatal. No entanto, quanto ao ocorrido nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Vitral (2013) considera que o empossamento de Antônio Santana Barcelos no lugar de Ênio Seabra na presidência do sindicato trouxe desconforto, porém, o movimento seguiu com alguns protagonistas que já formavam um núcleo bem atuante, como era o caso de Conceição Imaculada de Oliveira<sup>15</sup> e Joaquim de Oliveira. E conforme Buonicore (2018, p. 2) salienta, a nova diretoria não teve grande fortalecimento para um papel mais decisivo nos acontecimentos seguintes, mas “mesmo assim sua posição não foi de neutralidade diante dos acontecimentos que abalariam Contagem.”

---

<sup>15</sup> Conceição Imaculada de Oliveira, operária metalúrgica, militava pelo PCB em 1963, tendo também integrado a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Em 1968, Conceição ocupava o cargo de secretária no sindicato dos metalúrgicos, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo na entidade sindical.

Um fenômeno similar ocorreu em Osasco (SP), com a conquista de José Ibrahim, um membro da Comissão de Fábrica da Cobrasma, eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região em 1967, com apoio de votos dos trabalhadores, justamente por estar alinhado às pautas sindicais e operárias de resistência às leis governamentais mais recentes, visando contrapor a doutrina do Ministério do Trabalho e a favor da reformulação sindical.

A situação da classe trabalhadora do país, em 1968, diante da permanência do arrocho salarial, estava bastante desgastada. Não podendo mais aguentar as duras penas causadas pela política salarial, eclode no dia 16 de abril daquele ano, uma greve na região de Contagem, partindo do setor de trefilação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, cujos trabalhadores viriam a ser os primeiros a darem um passo para as primeiras manifestações de grande escala durante os primeiros anos da ditadura militar no país. Logo em seguida, no dia 20 do mesmo mês, a empresa Mannesman aderiu à causa, ampliando o número de trabalhadores paralisados para 6 mil almas.

Inconformado e preocupado com o possível desencadeamento de recorrências nos processos de greve, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, deslocou-se para Minas Gerais objetivando resolver a situação e acabar com a proliferação daqueles movimentos contestatórios que ocorriam em Contagem. Pois havia um grande potencial de que isso acontecesse, pensavam os generais que comandavam o país. Eles temiam que o operariado viesse a se alinhar aos movimentos estudantis que naquele ano protestavam com força (BUONICORE, 2018). E a preocupação do Ministro do Trabalho e dos militares tinha razão de ser pois, segundo Scarpelli (2019), dias antes da mobilização operária de Contagem, ainda no mês de março, trabalhadores da indústria faziam movimentações com reuniões nas empresas, formando pequenas comissões para discutirem a situação salarial e como elaborar reinvidicações mais eficazes.

Juntamente na luta pelas causas da justiça social, os estudantes universitários estavam cientes da situação dos trabalhadores e se propuseram a entrar na luta.

Os estudantes universitários também se mobilizaram para participar dessa concentração. O Diretório Central dos Estudantes da UFMG publicou um manifesto dias antes do evento em apoio à reunião. No manifesto, o presidente do DCE afirmava que os trabalhadores brasileiros eram a força capaz de promover mudanças na sociedade

brasileira e que o movimento estudantil participaria da concentração dos trabalhadores “como força auxiliar no grande processo de libertação dos brasileiros” (SCARPELLI, 2019, p.163).d

É neste sentido que ficava claro que Jarbas Passarinho estava ciente das possibilidades de união dos grupos trabalhista e estudantil no combate às leis de arrocho salarial nacional. Mas cabe apresentar aqui algumas evidências documentais, que atestam a veracidade do conhecimento e preocupação do Ministro do Trabalho sobre as movimentações populares trabalhistas e estudantis, ou mesmo de diversos outros setores culturais do país, como se pode ver a seguir na fonte de informação do período ditatorial brasileiro:

A concentração de trabalhadores foi antecedida por uma solicitação de licença ao Dops/MG pelos sindicatos organizadores. O Dops não só autorizou como encaminhou um agente secreto, como era de praxe, para acompanhar o evento. No relatório, o agente confirma que “as autoridades policiais permitiram a concentração somente em recinto fechado”, “limitando-se apenas em fiscalizar tal fato através de seus agentes secretos”. Informa ainda que a concentração, realizada no dia 27 de março de 1968, ocorreu sem incidentes, tendo usado da palavra cerca de 21 oradores, todos eles devidamente nomeados no relatório. Entre as pessoas que participaram da mesa de trabalho foram citadas Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem e dirigente da reunião; Conceição Imaculada, secretária do mesmo sindicato, a qual o agente caracteriza como “a verdadeira coordenadora da solenidade”, acrescentando ainda que ela era “conhecida agitadora”, “universitária e militante do PC”. (SCARPELLI, 2019, p.163).

Nesta citação, extraída do trabalho de pesquisa da historiadora Carolina Dellamore Batista Scarpelli, é possível vislumbrar a tal “vigilância” praticada sobre os trabalhadores e estudantes a partir de documentos e de pesquisas produzidas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo relevante frisar que esses registros ficaram durante muitos anos sob sigilo federal.

Conforme Buonicore (2018, p.5), em um ato inesperado, Jarbas Passarinho optou por comparecer a uma assembleia geral promovida pelos grevistas, onde, em sua posição de Ministro do Trabalho e representante do governo Costa e Silva e com o ar de autoridade intimidadora, deixou explícito em seu discurso feito durante a assembleia dos trabalhadores mineiros em greve que, “se as condições se agravarem vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformar em cadáveres”.

No entanto, os trabalhadores não se intimidaram, prosseguindo com a greve por mais alguns dias, levando o Ministério do Trabalho a ceder e oferecer uma proposta de reajuste salarial de 10%. Esta oferta foi inicialmente aceita pela diretoria do sindicato, mas como ressalta Buonicore (2018), houve rejeição por parte dos operários após terem tomado tal decisão numa assembleia. O resultado desse embate, sequencialmente, foi a ampliação do movimento, com a participação de trabalhadores de mais uma dezena de empresas à causa, chegando a cerca de 20 mil operários paralisados.

Como forma de reação, as ações do governo Federal voltaram à rigidez característica do sistema ditatorial e Jarbas Passarinho declarou “o início da guerra” em resposta à continuidade das paralisações dos trabalhadores. A polícia militar passou a coagir os participantes da greve que se organizavam pelas ruas da cidade industrial de Minas, impedindo a realização de assembleias formadas pelos operários e prestando auxílio aos patrões de fábricas ao pressionar aqueles que se recusassem a voltar a trabalhar sob ameaça de demissão (Buonicore, 2018). Todavia, os esforços dos grevistas não foram de todo em vão visto que ao se aproximar das comemorações de 1º de Maio o presidente Artur Costa e Silva decidiu ceder as reivindicações anunciando um aumento salarial de 10% aos trabalhadores de todo Brasil.

A historiografia sobre o movimento sindicalista tem feito alguns estudos novos nas últimas décadas sobre os movimentos sindicais ocorridos em diversas regiões do Brasil, principalmente no período da Ditadura Civil-Militar, no entanto, essas pesquisas têm se concentrado no estudo de grandes zonas urbanas, como Minas Gerais e São Paulo, onde o movimento sindical foi expressivo mesmo antes da construção do novo sindicalismo combativo.

Em parte, a falta de pesquisa historiográfica sobre algumas temáticas em determinadas regiões, pode se dar pela falta de Instituições de Ensino Superior, que contemplem o curso de História e promovam estudos científicos que historicizem as mais diversas localidades do país.

A proposta deste trabalho é precisamente investigar a existência de ações sindicais de um determinado contexto local e temporal sobre o qual não foram produzidos muitos conteúdos de cunho acadêmico, no caso aqui, que abordem o

período da Ditadura Civil-Militar na cidade de Canoas e na região metropolitana da Porto Alegre.

### **3. Relações público-privadas no interior do sindicalismo nos anos 1970: o caso do sindicato dos metalúrgicos de Canoas/RS**

“A ideia dessa oposição, em Canoas, foi, então, a de derrubar o pelego, tomar o sindicato, derrubar toda a diretoria. Mas assim, de não deixar um”. Oposição Sindical Metalúrgica, apud CAMPILONGO, Op. Cit., 1988, p. 102.

Em 1981 o sindicalismo canoense no setor dos metalúrgicos começou a tomar novos rumos. Segundo a pesquisa da historiadora Simone Aparecida Nunes (2012), em sua investigação específica sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, desde sua criação o sindicato manteve uma expressividade relativa, só tendo ganho popularidade na fase conhecida como o “novo sindicalismo”. Ou seja, no início dos anos 80, junto à onda de movimentação sindical que percorreu o país, principalmente no que diz respeito aos movimentos de São Paulo, como o caso da greve na Companhia Eletromecânica S/A (Coemsa), em 1983.

Na cidade de Canoas (RS) as lutas operárias tiveram seus agentes na luta pela renovação do sindicalismo no município, principalmente no sindicato dos metalúrgicos, que teve Paulo Renato Paim como presidente a partir da eleição de meados de 1981. Esse foi o início do movimento de oposição que reivindicaria renovação. Campilongo (1988, p. 192) propõem que: “as oposições sindicais assumiram o sindicato em 1982, e este foi o início da implantação do chamado sindicalismo combativo”.

Na mesma obra, Campilongo (1988) tentou mostrar a transformação do sindicato dos metalúrgicos de Canoas. Na virada da década de 1970 para 1980 o engessamento e a estagnação da entidade já se enfraqueciam diante das amplas contestações e dos fortes enfrentamentos das oposições sindicais, que atuavam tanto na luta contra o Estado ditatorial, quanto na luta contra o “peleguismo”, o qual estava alinhado com a hierarquia do Ministério do Trabalho que predominava no âmbito sindical.

Os grupos opositores de Canoas se constituíram como atores sociais<sup>16</sup> por parte da atuação de personalidades vindas direto da base, ou seja, de dentro das fábricas. Tratava-se de trabalhadores sem experiência sindical que decidiram agir por não verem uma representatividade eficiente no seu sindicato responsável. Seguindo nesta linha crítica, o cansaço do “peleguismo” sindical, que dialogava mais com os patrões de fábricas do que com os trabalhadores, foi uma das forças motrizes que ajudou a formar uma oposição diretamente dentro das fábricas.

A historiadora Maria Assunta Campilongo (1988) buscou desvendar como, num período repressivo e numa região considerada “Área de Segurança Nacional”, foi possível os trabalhadores se organizarem para formar grupo de pressão<sup>17</sup> opositor àquele grupo “pelego” que estava na direção da entidade sindical, e que se incumbisse de priorizar seus direitos trabalhistas. Diante da incógnita, a autora chegou à seguinte resposta:

Como estavam impossibilitados de desenvolver seu trabalho dentro do sindicato, foram se reunindo em seus respectivos locais de trabalho ou, quando o grupo começou a crescer, em casas particulares e eventualmente em salões paroquiais (quando o local era emprestado para reuniões). (CAMPILONGO, 1988, p.101).

Ela segue ainda:

Da diretoria e não do sindicato, porque, no início, era uma questão de segurança frente a uma diretoria corrupta, entreguista e dedoduro. Por uma questão de segurança, não se tinha uma relação que aparecesse como uma alternativa para os caras como oposição e opositores. Então o que se tinha era uma preocupação de criar uma base política sólida dessa proposta nas fábricas. O processo de discussão levou a gente a ter uma intervenção dentro da entidade, através da participação em assembleias do sindicato, nós cobrávamos assembleias de prestação de contas, enfim, nosso trabalho não era independente do sindicato, nós participávamos, procurando levar essa nossa proposta pro pessoal que ia na entidade, etc., etc.” (OPOSIÇÕES SINDICAIS METALURGICAS... 1985) CAMPILONGO 1988, p.104

---

<sup>16</sup> Segundo Alain Touraine (1998, p. 37) o ator social é um indivíduo ou um grupo que, “engajado em relações concretas, profissionais, econômicas, mas também é igualmente ligado à nacionalidade ou gênero, procura aumentar à sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência”.

<sup>17</sup> Grupos de Pressão se constituem de indivíduos ou organizações que mobilizam a ação coletiva e orientam as ações da sociedade no sentido da satisfação dos interesses de determinados grupos (GOZETTO, 2008).

Segundo Campilongo (1988), em 1979 já estava praticamente formada uma oposição sindical, que circulava dentro de algumas fábricas canoenses com o objetivo de conquistar o sindicato dos metalúrgicos da cidade e acabar com o peleguismo que perdurava por vinte anos. E o desejo dos trabalhadores em fazer algo para mudar a situação em que a sua classe se encontrava transformou-se em ações e mobilizações.

As ações se deram apesar de seus protagonistas não terem grande experiência de articulação com movimentos contestatórios expressivos na categoria trabalhista da qual faziam parte, tão pouco, como observou Campilongo (1988, p.101), um alinhamento com algum “movimento operário articulado com a Igreja ou com a FASE”, diferente das ações de oposição sindical da cidade de São Leopoldo, que já vinha desde 1977 se articulando, inspirados nos movimentos grevistas de São Paulo neste mesmo período.

Se autodenominando “sindicalistas puros”, os operários da indústria metalúrgica estavam dispostos a assumirem os cargos de dirigentes de sua entidade representativa, mesmo não tendo experiência sindical administrativa. Eles acreditavam que podiam mudar a situação vigente, pois sabiam que não eram doutrinados ou impregnados pela estrutura formada pelo Ministério do Trabalho. Além de terem a consciência de que um sindicato deveria ter uma força autônoma para exercer sua função de combate ao patronato industrial, e não usarem a entidade para usufruírem de benefícios articulados com o Estado, como Cattani exemplifica com a seguinte crítica:

Inúmeros pelegos passaram a gozar das benesses do Imposto Sindical e do Ministério do Trabalho, frequentaram os corredores atapetados dos ministérios, utilizaram as poltronas do Centro de Formação George Meany da AFL-CIOL nos Estados Unidos e usufruíram da segurança e da tranquilidade das sedes das federações e das confederações. Isso sem contar as sinecuras proporcionadas pelos cargos de vogal e juiz classista da Justiça do Trabalho. O "reinado dos pelegos" traduziu-se para algumas categorias em vantagens localizadas e efêmeras: colônia de férias em Cidreira ou Pinhal, sedes de sindicatos, assistência médica e odontológica de segunda categoria etc. As mobilizações foram substituídas pela negociação nos limites estritos da lei, e as greves

deram lugar à ação do advogado trabalhista. (CATTANI, 1993, p. 670).

São ações como essas, descritas pelo sociólogo Antônio David Cattani, que imperavam em diversas entidades sindicais pelo país e, é necessário considerar que durante a ditadura militar, questionar ou criticar qualquer órgão de gestão ou articulado com aparato estatal acarretaria o risco de medidas repressivas e até mesmo violentas por parte dos militares por meio de órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Foi dentro desse contexto que muitas informações das entidades vinculadas ao Estado passaram a serem extremamente confidenciais como, por exemplo, os documentos e registros gerados pelos sindicatos. Tratando desse assunto, será apresentado aqui neste trabalho, como objeto de análise, um documento produzido por uma entidade sindical em articulação com o Ministério do Trabalho, documento este que foi armazenado com a rotulação carimbada de “confidencial”.

Durante muitos anos, documentos gerados pelo Estado na ditadura Civil-Militar, muitos deles relacionados à Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça, foram dados como sigilosos e, mesmo com a abertura democrática em 1985, levou mais alguns anos para serem oportunizados ao acesso público.

Segundo Fico (2001), no início dos anos 1990, o Ministério da Justiça transferiu o acervo documental da extinta DSI, depois que a lei nº 8.159<sup>18</sup> foi aprovada, em 1991. Nesta mesma década, Carlos Fico deu início à sua tese de doutorado sob a temática do Regime Militar no Brasil, investigando uma gama de

---

<sup>18</sup> No texto de Carlos Fico, “Como eles agiam”, publicado em 2001, ele se refere à lei nº 8.159, de 8 jan. 1991, mais especificamente ao “Artigo 22. É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos.”. Em 1997 um novo Decreto nº 2.134, estabelece a regulamentação do acesso irrestrito aos documentos sigilosos liberados para pesquisa, no entanto, era especificado pelo “Art. 9º As Comissões Permanentes de Acesso poderão autorizar o acesso a documentos públicos de natureza sigilosa a pessoas devidamente credenciadas, mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa.”. Em 2011, no governo Dilma Rousseff, esses artigos dessas leis foram revogados pela Lei nº 12.527, dentre as novas atualizações, destaca-se a pertinente ao tema aqui abordado sobre acesso e restrições à informação: “Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.”

documentos, antes tido como secretos, mas que foram liberados para acesso irrestrito a pesquisas pela lei de 1991. Através desses estudos baseados em análise documental, documentos sigilosos em específico, Fico (2001) analisou a forma que esses registros eram classificados, tendo a seguinte noção:

Um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. Atualmente, no Brasil, eles se classificam da seguinte maneira: (a) ultrassecretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). (FICO, 2001, p.25-26).

A partir desses esclarecimentos do historiador Carlos Fico sobre as formas de tratamentos documental produzido pela esfera pública nos anos da Ditadura Militar, e sobre como eram classificados para definir cada situação que pudesse ser de risco para a nação governada pelos generais, será possível compreendermos com mais clareza, o documento tido como objeto de análise neste presente trabalho, tendo em vista que fora produzido no final dos anos 1970, pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas, em consonância com a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul, registro este que foi classificado como “CONFIDENCIAL”.

Outra informação relevante apresentada por Fico (2001) transcende as leituras e conhecimentos tradicionais sobre o funcionamento do aparato estatal desenvolvido nos anos de domínio dos militares, segundo os quais qual o Estado buscava apenas investigar e identificar na sociedade brasileira comportamentos subversivos, e reprimi-los. Conforme propõe o autor, tratava-se de uma crítica com relação aos “corruptos” que, para alguns militares, era algo mais difícil de erradicar, e para isso, medidas drásticas deveriam ser tomadas para formulação e implantação de mecanismos investigativos que dessem conta desse problema. Com isso, em 17 de dezembro de 1968<sup>19</sup> é criada uma Comissão Geral de Investigação (CGI). Esse organismo estava vinculado ao Ministério da Justiça e serviu exatamente para combater as corrupções existentes em diversas instituições, e através de

---

<sup>19</sup> Decreto-lei n° 359, de 17 de dezembro de 1968.

investigações sumárias, encontrar aqueles que buscavam enriquecer ilicitamente através de cargo ou função pública, e confiscar seus bens (Fico, 2001). Para aqueles que eram investigados, e enquadrados nas definições de corrupções da CGI, cabia as seguintes medidas:

(...) quando se supunha comprovado o delito, o processo era também enviado ao Ministério Público para as sanções penais cabíveis. Por fim, caso o presidente decretasse o confisco de bens, várias instâncias (bolsas de valores, registros de imóveis, Juntas comerciais etc.) eram notificadas para que o condenado não pudesse transacionar com os bens confiscados. (FICO, 2001, p. 155)

Os suspeitos de cometer as infrações descritas pela CGI eram chamados para prestarem esclarecimentos e, dependendo da situação, eram alertados de que poderiam ter seus bens confiscados.

Fazer historiografia sobre a história recente, por muitas vezes requer cuidados extras, (além de estar ainda no calor dos acontecimentos), algumas informações sobre determinados fatos do objeto de estudo podem vir à tona ao longo do tempo. No trabalho de Maria Assunta Campilongo (1988) a historiadora concluiu que, lidar com fontes orais, em alguns casos, requer o cuidado de não expor o relator, pois estes podem ainda estar ligados ao meio ao qual o historiador ou historiadora está analisando, como a autora exemplificou:

2) os próprios participantes de comissões ou grupos clandestinos de fábrica mostraram-se temerosos em falar da experiência que participam; 3) houve uma atitude do pesquisador em respeitar estes limites impostos, por tratar-se de matéria que diz respeito diretamente aos que estão envolvidos no processo, que é, sob muitos aspectos, de difícil desenvolvimento, devido às condições de controle existentes nas fábricas. (CAMPILONGO, 1988, p. 205).

É possível que a preocupação da autora e suas medidas tomadas para manter o sigilo e a integridade profissional de suas fontes orais tenha acarretado na permanência de uma lacuna sobre a história do sindicato dos metalúrgicos de Canoas, no entanto, essa questão do anonimato, seria importante para a preservação da integridade dos operários metalúrgicos em seus respectivos ambientes de trabalho, que poderiam correr o risco de perderem o emprego,

lembrando que neste período, no início dos anos 1980, o Brasil a recém se encaminhava para uma abertura democrática efetiva.

Sobre o sindicato de Canoas, a incógnita permanece até hoje, visto que não houve uma sequência efetiva de pesquisas mais aprofundadas nesta temática específica, tão pouco houve interesse de mais pesquisadores em historiografar esse conteúdo, com exceção da Historiadora Simone Aparecida Nunes, com a sua obra monográfica para obtenção de Bacharel em História, em 2012, intitulada "*Sindicato somos nós, organizados na fábrica*": o "novo sindicalismo" no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e o caso da greve na Coemsa (1983).

Cabe destacar que, nas pesquisas de 2012 de Simone Aparecida Nunes, a autora não conseguiu encontrar nenhuma documentação por parte do sindicato dos metalúrgicos de Canoas que pudesse contar a história da instituição ao longo dos primeiros anos, a partir dos 1960 e sua atuação durante o regime militar até "1980". Conforme Nunes (2012, p.50) corrobora com Campilongo (1988, p.90) "o sindicato dos metalúrgicos teve, por quase 20 anos, uma diretoria inoperante e omissa (...)", até as movimentações contestadoras das oposições sindicais começarem a emergir.

Daquele período em que Maria Assunta Campilongo fez sua investigação, na segunda metade dos anos 1980, até a publicação de sua tese em 1988, ela viu que a escassez de material produzido pelo próprio ou então referindo-se ao sindicato dos metalúrgicos de canoas, fosse na imprensa oficial ou outros meios, não apresentava nenhum foco expressivo nesta área.

Essa omissão por parte do sindicato ao longo dos primeiros vinte anos de sua existência mostra quanto desinteresse havia em promover a entidade, assim, um estudo aprofundado sobre este período tem suma importância, tanto historiográfica como social, tendo em vista que, das informações de que se têm divulgação pública ou acadêmica sobre este recorte temporal do sindicato de Canoas, predomina o conhecimento generalizado de que havia "peleguismo" e "repressão ditatorial". Havendo também várias lacunas e "situações vagas"<sup>20</sup> sobre o que realmente acontecia dentro da entidade, mas com esses conceitos criados ao longo das décadas é possível investigar e compreender o funcionamento dos órgãos públicos ou privados em determinados períodos.

---

<sup>20</sup> Essas "situações vagas", serão as analisadas neste presente trabalho.

Seguindo os passos da historiadora Simone Aparecida Nunes, contactou-se o sindicato, dez anos após a busca descrita anteriormente, mas o resultado obtido foi o mesmo: “negativo”. No entanto, mesmo não se conseguindo ter acesso as fontes primárias, ou seja, mesmo não se podendo analisar diretamente os documentos do período investigado, obteve-se uma informação relevante ao conversar com algumas pessoas responsáveis pela administração do sindicato, segundo essa pessoa provavelmente "há" documentos armazenados, mas estes não estão organizados nem catalogados, e sim guardado em algumas caixas.

Ao conquistar a posição de dirigente no sindicato de Canoas à oposição tomou ciência da situação estrutural da entidade, que estava com problemas de organização administrativa e financeira e desconectada das necessidades e reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos. O descaso com os trabalhadores, de certo modo, era percebido pelos próprios operários que deveriam ser representados, pois não foi difícil uma oposição, formada no chão de fábrica, ganhar a eleição para cargo de dirigente sindical. A falta de transparência dos ex-dirigentes sindicais, ao longo de 20 anos, construiu um distanciamento na relação com seus associados nas fábricas, e a burocratização dentro da entidade permitiu a ação corrupta descrita no documento em análise no trabalho de pesquisa aqui proposto.

Apesar da situação descrita no documento (IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO “SR. PRESIDENTE”<sup>21</sup>), ocorrida entre 1978 e 1979, ser paralela à formação dos grupos de oposição sindical dentro das empresas de Canoas, pelo que se percebe através da obra de Maria Assunta Campilongo, de 1988, aqueles que assumiram os cargos na coordenadoria do sindicato dos metalúrgicos de Canoas não tinham noção da gravidade do que se desenrolava pouco antes de assumirem a direção. Campilongo (1988) conclui que a situação era de peleguismo sindical, semelhante a situação vigente pelo país todo, e suas fontes de pesquisa revelaram poucas informações sobre o passado anterior da entidade. Na verdade, a pesquisadora não encontrou praticamente nada, anterior à tomada do sindicato pela oposição tendo essa vindo a criar uma administração com base no novo

---

<sup>21</sup> Essa definição “Sr. Presidente”, tanto no título do documento quanto durante ao longo do texto escrito para este trabalho, foi ajustado para não expor a identidade da pessoa acusada no documento. O mesmo acontecerá com os demais nomes que aparecem na narrativa, onde serão substituídos e referidos pelas suas respectivas funções exercidas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

sindicalismo, que passou a ser crescente nos anos de 1980. Com base na obra da autora, podemos observar a seguinte informação:

Foi o projeto que impulsionou sua ação desde 1979. Com a conquista do sindicato, revelaram-se problemas que, anteriormente, não eram percebidos nas relações dirigentes/base. Não havia uma hierarquização no movimento. A formalização dessa relação, além da ocupação de cargos da burocracia sindical, afastou os dirigentes do convívio diário nos locais de trabalho. Esta relação passou a ser mediada pelo sindicato e por sua estrutura burocratizada. (CAMPLILONGO, 1988, p. 95).

A inércia do Sindicato metalúrgico de Canoas facilitou a vitória da oposição que, ao adentrar neste universo sindical, descobriu que, possivelmente, nada daria frutos por parte da antiga direção da entidade, tanto pelo que sabemos dos comportamentos relacionados ao peleguismo quanto por alguns fatos desconhecidos do público trabalhador em geral e das mídias jornalísticas locais da época, como veremos a seguir.

### **3.1. O documento: “IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO “SR. PRESIDENTE”**

A partir de uma investigação aprofundada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), foi possível localizar informações sobre o passado do sindicato dos metalúrgicos de Canoas numa fase anterior à 1981, ainda que essas sejam escassas. Com isso, conclui-se que talvez haja a possibilidade de encontrar mais informações em meio digital sobre determinados assuntos e episódios.

Chama a atenção a existência de pelo menos um documento em específico, uma ata processual, que está relacionada ao objeto que se quer investigar. Tal documento já torna possível vislumbrar o passado da entidade. Nessa linha de análise documental, se faz importante pensar que, “é mediante os vestígios, os indícios e as evidências preservados ao longo dos anos nos registros documentais que uma narrativa historiográfica é construída ou reconstruída.” (SOUZA; GIACOMONI, 2021, p.142).

Segundo Grinberg (2015), os processos crime são fontes ricas em informações sobre o passado e determinados contexto.

Não é de hoje que historiadores vêm usando processos criminais como fonte para análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria Justiça e seus agentes em diversas temporalidades. (GRINBERG, 2015, p.121).

É neste sentido que a autora percebe os processos criminais como fontes oficiais que são produzidas e redigidas pela Justiça, sobre algum evento específico, contudo, a autora ressalta que nos estudos de documentos gerado por instituições policiais e judiciárias, devemos nos atentar à linguagem jurídica, geralmente redigida por um escrivão, que pode vir a transpassar sua visão a partir de suas atividades ou crenças. Tendo em mente essa ressalva, se faz cabível, nos próximos dados que virão a seguir, analisar minuciosamente as informações contidas no documento intitulado “IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO SR. PRESIDENTE<sup>22</sup>”, que descreve algumas ações cometidas pelo Presidente do STIMMME DE CANOAS, durante seu mandato, desde 1973 e possivelmente até o início dos anos 1980<sup>23</sup>.

No dia vinte e oito do mês de julho de 1979 membros da Diretoria do STIMMME de Canoas reuniram-se nas imediações da própria sede do sindicato para uma Reunião Extraordinária<sup>24</sup>. Como o acesso às informações sobre este sindicato é difícil, ainda é impossível saber a periodicidade com que eles reuniam se para discutirem qualquer situação. A convocação desta reunião foi, segundo o

---

<sup>22</sup> O nome do presidente, acusado de desvio e outros atos ilícitos no sindicato, foi deliberadamente omitido nesse TCC para preservar o anonimato de sua identidade.

<sup>23</sup> Como não há nada de registros aberto ao público em geral, o que se sabe sobre o Sr. PRESIDENTE do **STIMMME DE CANOAS**, é basicamente os documentos confidenciais disponíveis na plataforma de pesquisa online do SIAN. O nome do PRESIDENTE também consta em outro documento de 1977, gerado pela Secretaria de Segurança Pública junto com o Departamento Central de Informações, inscrito como candidato numa “LISTAS TRIPLICES DE CANDIDATOS AOS CARGOS DE VOGAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO/RS”, documento este também classificado como confidencial pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), constando o carimbo de ressalva do Art. 12 DEC. 79.099/77, regulamentador da salva guarda de assuntos sigilosos. Neste mesmo documento, há um breve histórico do Sr. Presidente e sua experiência sindical, no que consta como sua primeira atuação na categoria, era como Presidente do STIMMME de Canoas/RS em 01 de outubro de 1973, seguido de “empossamento” do mesmo título, na mesma entidade, em 10 de outubro de 1975, para um mandato trienal.

<sup>24</sup> O registro dos acontecimentos desta reunião consta descrito na Ata n.º 01/79 do **STIMMME de Canoas/RS**, anexo no documento analisado.

documento, feita pelo Vice-Presidente da Entidade, por solicitação do 1º Tesoureiro da mesma, e presidida pelo Secretário geral da Entidade.

No início da reunião o responsável por presidi-la explica a situação para os demais integrantes da Diretoria, com relação à situação financeira da Entidade, porém, para dar melhores detalhes, a palavra havia sido passada ao 1º Tesoureiro, pois ele que estava ciente dos gastos e demonstrava preocupação com o que estava acontecendo em relação a arrecadação dos valores junto às empresas vinculadas ao sindicato e os impactos que essa situação poderia desencadear (STIMMME DE CANOAS, p.01). Já desde o início da leitura do documento é possível perceber que havia algo errado com a situação financeira do sindicato. Ao que parece, na sequência da reunião, o próprio 1º Tesoureiro agilizou o pedido de reunião para debater essa questão particular, trazendo diversas anotações e comprovando a existência de “irregularidades” na Entidade; concluindo que o único responsável por tais atos não correspondentes à uma boa administração, era o Sr. Presidente daquela Instituição.

A situação dessa reunião se torna mais acirrada quando o relator das “irregularidades” começa a listá-las uma por uma por uma, mostrando notas fiscais para comprovar a veracidade sobre as aquisições e gastos no nome do Sindicato. No primeiro item das irregularidades constava a aquisição de um automóvel da marca FORD, modelo Corcel II, fabricado no ano de 1978, na cor cinza. Considerando-se que, a saber que esta reunião feita pelos dirigentes do STIMMME de Canoas ocorreu em 1979, podemos concluir que o automóvel em poder do Sr. Presidente, era um veículo praticamente novo, que a recém havia sido lançado, cujo valor não estaria acessível a qualquer trabalhador operário das indústrias metalúrgicas. Naquele período, enquanto o salário de Presidente no sindicato dos metalúrgicos de Canoas, era a quantia de C\$ 15.000,00 (Quinze Mil Cruzeiros)<sup>25</sup>, conforme as informações do Ministério do Trabalho, o preço de tabela do automóvel na época era C\$ 165.000,00.

---

<sup>25</sup> Fonte: site Posto Cidade, link e acesso [postocidadedemarilia.com.br/precos-dos-carros-antigos-quando-novos](http://postocidadedemarilia.com.br/precos-dos-carros-antigos-quando-novos). Último acesso em: 30/12/23.

Convertidos esses valores para o Real e reajustando-os de acordo com as informações do Banco Central do Brasil sobre o avanço da inflação, o salário do Sr. PRESIDENTE seria de R\$ 6.600,00, enquanto o carro custaria R\$ 35.000,00<sup>26</sup>.

Sobre a frequência e a finalidade do uso do automóvel FORD Corcel II, pelo Sr. PRESIDENTE, nada consta na ata registrada, se o mesmo era utilizado para uso pessoal ou para fins sindicais.

Toda essa situação ocorrida no Sindicato, além de registrada em ata para própria entidade, foi reportada ao Ministério do Trabalho para registro oficial, destacando as principais infrações cometidas pelo Sr. PRESIDENTE, e estas informações permaneceram sob custódia sigilosa até os anos 1990, quando foram enviados para o Arquivo Nacional onde receberam acesso irrestrito. Ao todo foram registradas pelo Ministério do Trabalho 15 irregularidades cometidas pelo Sr. PRESIDENTE no exercício de seu mandato no STIMMME de Canoas como, por exemplo, o primeiro descrito anteriormente.

a) Aquisição de um Automóvel (Marca FORD-Modelo CORCEL II do ano de 1978 - cor Cinza) com numerário do Sindicato, e que está registrado em seu próprio nome. Os Seguros, Obrigatório e Total, do referido veículo, estariam em nome do Sindicato, sendo pagos pelo mesmo. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS).

Quanto a situação da aquisição e propriedade do Ford Corcel G-II, sobre em qual nome o veículo estaria registrado, ao ser questionado o Sr. PRESIDENTE demonstrou uma postura aparentemente evasiva e deu uma resposta inconclusiva, limitando-se a responder que “estava no nome do vendedor”<sup>27</sup>.

(...) funcionário da Tesouraria de Entidade, perguntou para o “Sr. PRESIDENTE”<sup>28</sup>, em que nome estava o carro FORD CORCEL G-II, e qual dúvida quanto a ele ter sido intimado no Ministério do Trabalho. Quando respondeu o Sr. PRESIDENTE, que apenas achou que deveria ser esta intimação para a Diretoria. (STIMMME DE CANOAS, 1979, p.05)

---

<sup>26</sup> Valores convertidos através da calculadora online do Banco Central do Brasil.

<sup>27</sup> **STIMMME DE CANOAS, Adendo. Nesta observação, contida no adendo do documento, está relacionado à trechos que não foram transcritos na ata no momento da reunião da equipe diretiva do Sindicato.**

<sup>28</sup> Grifo nosso.

A resposta à pergunta do funcionário da Tesouraria não foi transcrita na ata, constando apenas no adendo anexo.

Também foi observado pela Diretoria que na folha N°05 36ª linha, deixou de ser transcrito a resposta efetuada pelo companheiro "Funcionário", digo, a pergunta efetuada pelo companheiro "Funcionário", para o Sr. PRESIDENTE, em nome de quem estava o carro, FORD CORCEL G-II, quando respondeu o companheiro Sr. PRESIDENTE que o carro FORD CORCEL G-2, estava no nome do vendedor. (STIMMME DE CANOAS, 1979, Adendo).

Ao argumentar sobre o Ford Corcel G-II, posteriormente, próximo ao final da reunião, o Presidente assume que ficava de posse do veículo e ainda complementa que se dispunha a deixá-lo nas imediações do sindicato conforme fosse a vontade da diretoria, e até mesmo, caso a direção sindical quisesse, poderiam vender o automóvel. Neste exato momento, em que o Sr. Presidente argumenta em sua defesa, ele ressalta que "(...), fundei este sindicato andando de Charrete e de Bicicleta e não me envergonho em dizer isso."<sup>29</sup>

Essa afirmação do Sr. PRESIDENTE, alegando que foi um dos fundadores da instituição traz novas indagações sobre as origens do Sindicato. Tendo em vista que o próprio Sindicato, hoje sob o nome de **Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita**, não tem informações precisas sobre o período de sua fundação até o início de 1980, quando houve o início da gestão de Paulo Paim na direção<sup>30</sup>. As únicas informações disponíveis para o acesso público no presente momento só apresentam dados básicas da criação do Sindicato até o momento que obtiveram a sua Carta Sindical emitida pelo Ministério do Trabalho em 30 abril de 1963.<sup>31</sup> Além

---

<sup>29</sup> STIMMME DE CANOAS, 1979, p.03-04.

<sup>30</sup> Em 1981, Paulo Paim vence as eleições sindicais, representando a oposição. Começa a partir de 1982, uma gestão pautada no "novo sindicalismo".

<sup>31</sup> Até o presente momento, da realização deste trabalho, durante a pesquisa na página online do SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE CANOAS E NOVA SANTA RITA, constatou-se que a parte referente a história do sindicato, ainda está em processo de construção, apresentando basicamente o ano e porquê da necessidade de sua criação, "A entidade foi fundada em 1º de setembro de 1960 porque os trabalhadores da cidade entendiam que Canoas já era um importante polo industrial metal-mecânico e os sindicatos mais antigos da região (Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo) não conseguiam representar a contento a categoria local, muito provavelmente em razão da distância (na época os deslocamentos eram mais difíceis), da falta de inserção da luta sindical nas fábricas, entre outros motivos." (STIMMMEC - Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita. 2023). Disponível em: <https://sindimetalcanoas.org.br/historias/teste-1/> Acesso em: 03 dez. 2023.

disso, o conteúdo que consta no site da CUT<sup>32</sup> sobre o Sindicato de Canoas afirma que não há informações sobre a entidade referente aos anos da Ditadura Civil-Militar, mas que provavelmente tenha passado pela mesma situação que os diversos sindicatos brasileiros por conta da repressão.

As tais irregularidades cometidas pelo Sr. PRESIDENTE, não se limitaram apenas a bens de consumo de altos valores, mas também houve apropriação de bens materiais do sindicato que eram de uso coletivo dos integrantes da entidade, assim como, se necessário, para trabalhadores associados como, por exemplo, um televisor um preto e branco, fardamentos de futebol, balcão, além de adquirir outros bens móveis domésticos através de compras e colocando os valores na conta do Sindicato. Quando questionado, o Sr. PRESIDENTE, em diversos argumentos, justificava que os fins eram para o sindicato, paradoxalmente, o mesmo não conseguia encontrar argumentos coerentes e consistente diante dos documentos.

Em outra incongruência verificada: o Sr. PRESIDENTE, segundo o 1º Tesoureiro, não estava realizando o recolhimento do INPS<sup>33</sup>, já tendo um ano de atraso após o parcelamento, e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), até janeiro de 1978, nem chegou a ser recolhido ao menos uma vez, informação essa, que não era passado para os demais, tão pouco, ao que parece, para a tesouraria do Sindicato. Para tanto, coube ao 1º Tesoureiro investigar e manifestar tanto esta situação, quanto as outras diversas irregularidades, que se tornaram frequentes e acumulativas por parte das ações do PRESIDENTE da entidade. Ao ser questionado sobre os atrasos com o INPS e FGTS, o Sr. PRESIDENTE respondeu:

---

<sup>32</sup> CUT. Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita rs completa-50 anos de história. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sindicato-dos-metalurgicos-de-canoas-e-nova-santa-rita-rs-completa-50-anos-de-hi-8b0a#>. Acesso em: 03 dez. 2023.

<sup>33</sup> **Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)**. Criado em em 1966, foi a junção dos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs) de diversas categorias profissionais como bancários, comerciários, industriários e outros. Mais tarde se ramificou, dando o surgimento de novos órgãos públicos como o Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS). Fonte: SOUZA, R. R. **O sistema público de saúde brasileiro**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – TENDÊNCIAS E DESAFIOS DOS SISTEMAS DE SAÚDE NAS AMÉRICAS, ago. 2002, São Paulo. Anais eletrônicos... Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf)

(...) disse que não era por se dar se dar demais com o Senhor Natalino Macário, Agente do INPS, solicitando parcelamento da referida dívida, quando perguntou aos companheiros, presentes, qual era a firma que não estava em atraso com o INPS, não estamos negando, vamos pagar, (...) (STIMME DE CANOAS, 1979, p.03).

Segundo o que consta no Ministério do Trabalho, no tópico relacionado aos atrasos de recolhimentos, foram os seguintes valores:

O) O parcelamento obtido de uma dívida antiga do Sindicato para com INPS (num valor total de ..... Cr\$ 1.300.000,00) deixou de ser pago a partir de JUL/78. O valor de cada parcela mensal seria de aproximadamente Cr\$20.000,00. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS).

Percebe-se que o Sr. PRESIDENTE estava ciente dos atrasos, no entanto, fez um comparativo com as “firmas”, expondo que o atraso era um “fenômeno frequente” naquele período. Infelizmente, não foi possível ter o número certo ou uma estimativa de empresas vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas, tão pouco da quantidade de trabalhadores associados ao mesmo. Essa falta de informações precisas do Sindicato de Canoas, desde sua criação ao início de 1980, tanto sobre conteúdo administrativo quanto das ações sindicais em prol dos trabalhadores, dificulta as pesquisas e estudos sobre o sindicalismo regional. Foram ações desse tipo que desencadearam as mais diversas críticas ao sindicalismo pelego, um sistema burocrático interno institucionalizado pelo próprio Estado, visando o controle social dentro das entidades trabalhistas, tais como os sindicatos, situações essas muito analisadas por David Cattani.

(...) graças ao Imposto Sindical e aos dispositivos "celetistas", o poder da burocracia aumentou ao longo dos anos. O controle dos processos internos e dos procedimentos eleitorais garantiu a permanência da mesma diretoria por inúmeros mandatos (CATTANI, 1993, p. 669).

É difícil também, com essa escassez documental, saber se o Sindicato em questão, dava conta de suprir as necessidades dos trabalhadores canoenses da categoria metalúrgica, afinal, muitos operários buscavam basicamente aquilo que necessitavam com o associativismo sindical e poucos se encorajavam a combater o

patronato dentro das fábricas se não houvesse uma salvaguarda para fazer uma mobilização. Com isso, percebe-se a importância dos dados sobre o associativismo sindical, pois eles podem nos trazer as seguintes observações:

Referem-se sempre ao número de associados inscritos nos sindicatos, mas nem todos os trabalhadores inscritos mantêm em dia com suas obrigações associativas e, a rigor, apenas nominalmente podem ser considerados sócios. Um grande número de trabalhadores procura sua organização sindical no momento em que tem um grave problema a enfrentar, seja de natureza jurídica, seja de natureza assistencial. (RODRIGUES, 2009, p. 95).

Dentro dessas características do comportamento dos trabalhadores diante da percepção da “serventia do sindicato”, conforme suas necessidades, observadas por Rodrigues (2009), vê-se que uma unidade sindical necessita de uma boa estrutura e organização financeira para dar suporte aos seus associados, no que se refere aos benefícios.

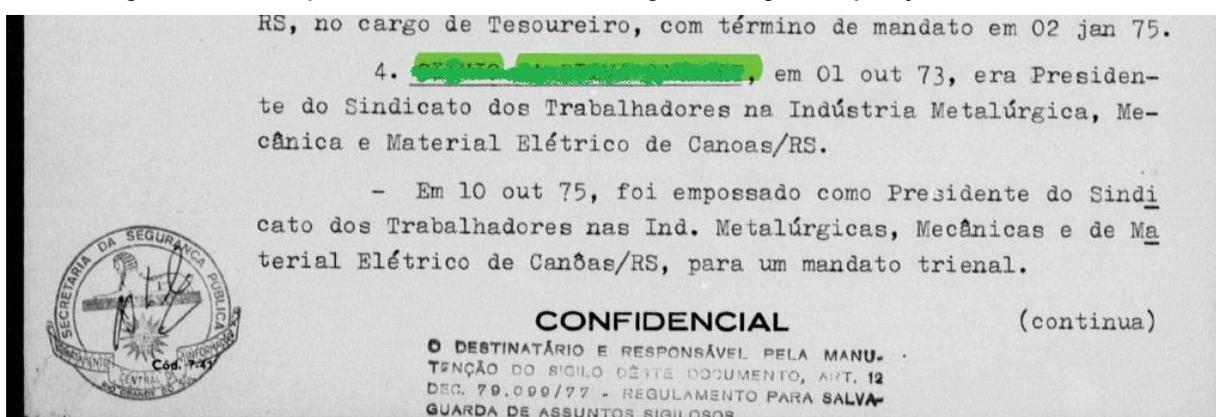
Assim, durante a gestão do Sr. PRESIDENTE no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas, período que perpassa a segunda metade da década de 1970, constatou-se, por meio do documento analisado que ocorreram sérias negligências para com a sua posição de dirigente sindical, colocando em risco a integridade do sindicato e os seus recursos financeiros que deveriam servir para dar suporte aos trabalhadores associados.

O Sr. Presidente, como o representante principal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas, tinha em suas mãos a responsabilidade de salvaguardar a sua Instituição de trabalho. Assim deveria ser pois o mesmo foi eleito pelos seus pares no pleito local que ocorreu em 09 e 11 de outubro de 1978, embora, aparentemente, não tenha havido nenhuma chapa de oposição nesta candidatura, conforme consta em um anexo pertencente ao documento analisado neste presente trabalho, como é possível observar na imagem abaixo:



Neste outro documento, emitido em 16 de agosto de 1977, o Sr. PRESIDENTE aparece como “candidato<sup>34</sup>” para o cargo de “Vogal da Justiça do Trabalho<sup>35</sup>”, junto com outros candidatos, em sua maioria diretores de outros sindicatos do Rio Grande do Sul. Neste registro, consta um breve histórico dos candidatos e suas respectivas funções nos sindicatos, dentre eles o Sr. PRESIDENTE cujas informações aparecem como: presidente do Sindicato desde 1973, e empossado novamente em 10 de outubro de 1975.

Figura 3: listas tríplexes de candidatos aos cargos de vogais da justiça do trabalho rs.



Fonte: Serviço Nacional de Informações.16/8/1977: (SIAN)

Por ter permanecido um longo período na diretoria sindical, “talvez”<sup>36</sup> o Sr. Presidente tenha ganho confiança e se sentido seguro para tomar algumas iniciativas que visassem o seu próprio bem-estar e de seus familiares próximos, por exemplo sua irmã, seu cunhado e sua sogra, além dele mesmo. Uma das situações mais chamativa desse nepotismo é vista quando:

g) O Sr. Presidente fez construir uma casa de Madeira, nos fundos do terreno da sede do Sindicato a qual é habitada pela sua irmã, Sra. ROSANA. A construção foi realizada as custas do Sindicato, não se tendo conhecimento das diversas Notas Fiscais de entrega de mercadorias, conforme Faturas emitidas pela Madeireira São João Ltda. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS).

<sup>34</sup> Grifo nosso.

<sup>35</sup> Grifo nosso.

<sup>36</sup> Aqui, parto para uma especulação.

Quando essa situação de “alocação parental”<sup>37</sup> é colocada na mesa, durante a reunião da diretiva sindical, o 1º Tesoureiro, critica acidamente o Sr. Presidente, ao falar que a sede sindical deles, estava com uma estrutura precária, e não era destinado nenhuma verba para reparos ou restauração do prédio, em compensação, uma nova residência foi erguida nas imediações do Sindicato, para amparar parentes do presidente.

Quanto o prédio construído para sua irmã Rosana Goulart Duarte morar, esta, funcionária da Entidade, prédio este com maiores conforto, tudo por conta de nossa Entidade e, construído na área do Sindicato. Valores incalculáveis foram postos neste prédio, no entanto, nossa sede está caindo os pedaços de podre. (STIMMME DE CANOAS, 1979, p.01-02).

Os questionamentos não paravam, pois parecia difícil refutar as provas concretas apresentadas através de notas comprobatórias. Aparelhos do sindicato como telefone, foram realocados na casa da irmã do Sr. Presidente. Uma cadeira de rodas no valor de Cr\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos cruzeiros), foi comprada para presentear sua sogra. Uma KOMBI da Autolocadora Gaúcha foi alugada, em nome do Sindicato, para o uso do cunhado do Sr. Presidente, cujo metade do valor do aluguel do veículo, o parente alegou ter entregado em mãos do líder sindical, no entanto, este parece ter embolsado a quantia recebida e deixado a dívida com a empresa de automóveis em aberta, num débito de Cr\$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS), além de acumular para si próprio, um valor de Cr\$ 57.305,00 (cinquenta e sete mil trezentos e cinco cruzeiros) retirados em vales do caixa da Entidade, no período de fevereiro de 1978 a julho de 1979.

No âmbito das relações entre sindicato e empresas, ao que parece, havia uma proximidade relevante entre a diretoria de um e de outro, para além da burocracia trabalhista. Numa das argumentações do 1º Tesoureiro, apresentadas num caso que questionava a relação do sindicato com o patronato vinculado à Entidade, é citado o evento da comemoração de posse do Sr. Presidente na diretoria, em 10 de novembro de 1978. Nesta data houve um jantar de celebração, ocorrido no Restaurante e Churrascaria Passoquinha, e teve uma contribuição pecuniária espontânea de empresas vinculadas ao STIMMME DE CANOAS, como

---

<sup>37</sup> Grifo nosso.

as duas citadas na ata, sendo uma delas o “Laboratório Osvaldo Cruz” e a empresa “Irmãos Krolincwski”. Esse valor dado ao Sindicato, constou da importância de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) de cada uma das empresas, no entanto, na verdade esse valor nem chegou ao caixa da Entidade, deixando os membros da tesouraria bastante preocupados com a deficiência e imprecisão desse fluxo sobre a entrada de verba no seu setor de trabalho.

Dessa situação descrita, houve dois problemas que se arrastaram até o momento desta reunião contestatória. O Sr. PRESIDENTE recebeu os valores e não repassou os mesmos ao caixa do Sindicato e, por consequência, a dívida do jantar comemorativo ocorrido no restaurante não foi quitada. Já a informação obtida pelo Ministério do Trabalho, referente a este ocorrido, foi a seguinte:

i) O Churrasco de Posse do “Sr. Presidente”, em NOV 78, foi patrocinado, a título de doação, por 3 ou 4 firmas de Canoas, que se cotizaram e entregaram a importância de Cr\$ 21.900,00 ao Sr. Presidente. Todavia o mesmo não efetuou o pagamento à CHURRASCARIA PASSOQUINHA (Canoas/RS), onde foi realizado o churrasco. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS)

Neste caso, tratando diretamente da verba doada pelas empresas, percebe-se uma parceria bastante próxima entre o patronato e o Sr. PRESIDENTE, já que o dinheiro foi parar diretamente nas mãos do dirigente. Porém, por falta de dados, ainda é demasiado cedo para afirmar que essa relação era apenas de caráter personalista, poderia tratar-se uma tentativa de barganha nas negociações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétricos de Canoas com as empresas em favor dos direitos e reivindicações dos trabalhadores operários como, por exemplo, os dissídios coletivos anuais. Contudo, sobre os dissídios, vejamos a seguir uma situação descrita no documento em estudo aqui no presente trabalho.

No documento registrado pelo Ministério do Trabalho referente à ata gerada pelo STIMMME DE CANOAS o órgão Estatal inicia com uma nota no documento, esclarecendo brevemente o processo de homologação de cada dissídio e como as empresas devem proceder quanto ao recolhimento dos valores dos respectivos salários de seus funcionários. Nesta declaração, o órgão ministerial alertava que havia naquele momento uma tendência de padronização quanto ao valor da parcela

que deveria ser recolhida do salário dos trabalhadores, já que essas custas variavam de sindicato para sindicato. No entanto, o órgão esclarece que a forma como as negociações do recolhimento, entregues pelas firmas aos sindicatos de sua classe, tinha um sistema de comprovação muito frágil, que possibilitava o desvio de valores. Perante isso, eles descrevem:

Por falta de regulamentação do assunto, as empresas recolhem essas importâncias aos sindicatos mediante cheque nominal, cheque ao portador e até mesmo em moeda corrente. O recolhimento, quando feito em moeda corrente ou cheque ao portador, possibilita que uma direção sindical desonesta desvie a importância recebida e a utilize com outros objetivos que não os fins específicos do sindicato. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS<sup>38</sup>)

Essa nota no documento deixa transparecer um alerta sobre as possibilidades de abuso de poder e de corrupção exercidas por alguns dirigentes sindicais, pois no complemento do corpo do texto, é citado um caso do Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétricos de Canoas. Mais uma vez, o nome do referido presidente da entidade sindical canoense é exposto numa situação de benefício próprio, captando recursos para fins pessoais.

Tal situação ficou registrada no órgão trabalhista como desvio de valores recebido como “título de adiantamento de dissídio”, onde o Sr. Presidente recebera a quantia de Cr\$ 75.000,00, pela empresa MASSEY FERGUSON. Esse valor, nem chegou perto, ao que consta, da tesouraria do Sindicato, e foi justamente um dos questionamentos do 1º Tesoureiro, descrito na ata de registro da reunião com a equipe diretiva.

### **3.2. A decisão do grupo diretivo**

Depois de algumas horas, o tempo que durou a reunião, a situação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicos Mecânicas e de Material

---

<sup>38</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO, INFORME N° 004/79/ASI/DRT/RS.

Elétrico de Canoas se mostrava periclitante diante das revelações relativas as condições em que se encontrava o setor financeiro da Instituição.

Assim que encerrados os informes pelo 1º Tesoureiro, o Secretário geral da entidade pediu uma pausa e então solicitou que o Sr. PRESIDENTE, o 1º Tesoureiro e seu funcionário aguardassem fora da sala para que os demais presentes pudessem discutir o assunto e chegar a uma decisão para tentar solucionar a situação. Na ata escrita da referida reunião, consta que o intervalo para a decisão do grupo, foi de 15 minutos, o que parece um curto espaço de tempo para chegarem a uma conclusão diante de todas as amostras de irregularidades cometidas ao longo dos últimos anos até momento desta reunião. No entanto, o "adendo" anexado ao documento esclarece algumas informações que ficaram de fora da ata. Na verdade, segundo as informações acrescidas pelo anexo, o tempo solicitado para a explanação do parecer geral foi de 1 hora e 15 minutos, o que se torna mais plausível.

### **3.3. As medidas tomadas**

Ao concluírem o debate sobre o que fazer com o Sr. PRESIDENTE, a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas tomou as seguintes medidas: aprovação do afastamento do Sr. PRESIDENTE pelo período de 180 dias, sob a justificativa de "tratamento de saúde". No entanto, nada consta no documento inteiro, que o Presidente estivesse com alguma enfermidade, que necessitasse de um tratamento a longo prazo e domiciliar, também nada consta em anexo ao documento "IRREGULARIDADES..." laudo médico atestando afastamento por saúde ocupacional. Ao chamarem de volta os companheiros à reunião, esclareceram ao Sr. Presidente as medidas decididas pelo grupo, sendo que:

[o] Secretário Geral da Entidade, Presidindo os trabalhos, informou ao senhor "Presidente", da decisão aprovada pela Diretoria, solicitando para que o senhor "Presidente", desse sua opinião a respeito, achando esta Diretoria que assim seria melhor, pois, cuidaria de sua própria saúde, dando assim melhores atendimentos em sua nova função inclusive, disse ainda o senhor "Secretário Geral", que tudo isto era para o seu próprio bem, afastando assim

todos estes problemas, e quando do seu retorno, encontraria tudo na mais perfeita ordem, (...) (STIMMME DE CANOAS, 1979,p.06)

Também ficou acordado que o Sr. Presidente deveria entregar todo o patrimônio do Sindicato que estava em seu poder ao longo de sua gestão, inclusive o veículo FORD CORCEL G-II que também permanecia em sua posse. Sobre o FORD CORCEL G-II, ao que fora decidido pelo grupo sindical, era um confisco para posteriormente ser negociado com objetivo de adquirirem uma KOMBI para o uso exclusivo da Entidade. Além disso, deveria “entregar as chaves de todas as dependências da Entidade<sup>39</sup>”, porém, essa informação contida na ata foi retificada no adendo anexo, definindo que o Sr. Presidente “entregaria a chave da Presidência e, não as chaves das dependências da Entidade”<sup>40</sup>. Com essa ressalva, permanece a dúvida se, o Sr. Presidente deveria entregar a “chave” da “sala da presidência” do Sindicato ou se essa palavra serviu como uma metáfora para referir se ao cargo da Presidência, pois quem assumiria o posto, segundo Secretário Geral da Entidade, seria o Vice-Presidente.

Em resposta, o Sr. PRESIDENTE lastimou toda situação, segundo ele havia uma injustiça naquela ação toda, uma conspiração para lhe tirar do seu posto de presidente no qual ele permaneceu por longa data. Mesmo se sentido traído por seus companheiros, o acusado optou por não dar muitas respostas.

Ao que parece, o Sr. PRESIDENTE já nutria alguma desconfiança por alguns dos membros da sua Instituição, segundo o relato do 1º Tesoureiro, em algum momento passado, “o Sr. PRESIDENTE, insinuou que o referido senhor (...), funcionário da Tesouraria, não era de confiança. Ao que este teria respondido dizendo que era a Diretoria é quem mandava, e não somente o Presidente, conforme vinha agindo (...)”<sup>41</sup>. Duas situações encontradas neste trecho proferido pelo 1º Tesoureiro apontam que realmente o Sr. PRESIDENTE era desconfiado com relação aos demais membros do sindicato e que além disso, exercia seu cargo com autoritarismo, ou seja, impunha ordens conforme sua necessidade particular, tendo em vista que exercia ações duvidosas e de má fé dentro da Entidade, buscando o benefício próprio a partir de apropriações de bens do sindicato.

---

<sup>39</sup> STIMMME DE CANOAS, 1979, p.06

<sup>40</sup> STIMMME DE CANOAS, 1979, adendo.

<sup>41</sup> STIMMME DE CANOAS, 1979, p.02-03.

#### 4. Considerações finais

Não há uma produção expressiva sobre a história das relações trabalhistas da região do município de Canoas (RS). Dentre as escassas que existem, algumas são relativamente antigas e não trazem uma abordagem sociológica do perfil dos trabalhadores da região; já as mais recentes se deparam com a escassez de materiais bibliográficos ou de fontes primárias.

Neste segundo caso, parece que as iniciativas acadêmicas não têm progredido, em parte devido ao pouco interesse dos pesquisadores pelo assunto. Além disso, a pouca disponibilidade das entidades sindicais em expor sua documentação como, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, que ainda hoje não tem organizados os seus documentos antigos, desde sua criação e passando pelo longo período da ditadura civil militar. Isso ocorre por falta de interesse, o que faz com que falte de organização, identificação, digitalização e catalogação para disponibilização àqueles que têm interesse em realizar pesquisas históricas sobre a entidade. Das produções historiográficas sobre o sindicalismo desta região só é possível encontrar volumes a partir do início dos anos 1980, tratando mais especificamente da transição para o “novo sindicalismo”, se pautando em fontes orais daqueles que atuaram na oposição ao assumir uma posição de sindicalismo combativo.

Essa escassez de fontes primárias que possam ajudar a escrever minuciosamente a história sindical de Canoas, torna mais obscuro o período do regime militar no município. No entanto, estudos historiográficos recentes com relação ao cenário político canoense apontam que há dados que mostram como a política municipal estava alinhada com a ditadura, tendo predomínio na gestão da prefeitura os políticos arenistas, como o político Hugo Simão Lagranha que, mesmo tendo concluído seu mandato como Prefeito de Canoas (RS) de 1964 à 1967, e nas eleições seguintes ter perdido o pleito para a oposição, conseguiu por meio de artifícios políticos autoritários, alinhados com o governo de Walter Peracchi, também

pertencente à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), contestar a derrota e tomar o poder novamente, com auxílio do governo militar (ANGELI, 2012).

De certo modo, as pesquisas do historiador Douglas Souza Angeli (2012), sobre a temática política de Canoas através de documentos, antes tidos como sigilosos, inspiraram uma investigação mais aprofundada por meio de fontes documentais primárias sobre o objeto de estudo desta pesquisa, no caso, o sindicalismo metalúrgico canoense no período ditatorial militar.

Quanto mais a pesquisa avançava mais perguntas surgiam, se despreendendo das propostas iniciais, e poucas informações disponíveis estavam em acesso aberto na rede de internet e mesmo no mundo acadêmico. Mas então, como saber o que se passava dentro do sindicato dos metalúrgicos de Canoas? Havia ideologias políticas predominantes nele, quais seriam? Ou simplesmente existia o medo de retaliações, devido a situação política vigente na cidade e no país. Ou então, a partir de sua criação, em qual o momento sindicato começou a ter uma coalisão interna?

Muitas dessas perguntas não puderam ser respondidas neste presente trabalho, mas a partir dele, vê-se que novas estratégias e caminhos são possíveis, pois com as informações obtidas aqui surgiram novas perguntas, mas também vieram novos indícios do passado sindical canoense, e como conforto, pensemos nas seguintes palavras...

Mas uma investigação bem-sucedida não é igual a caso encerrado: tão importante quanto desvendar o caso e extrair dele todas as informações possíveis e disponíveis, é ter a sensibilidade de perceber onde estão as ausências, os pontos obscuros, as entrelinhas. E buscar suprir o silêncio, na medida do possível, com outras informações e documentos, fazendo as devidas - e as possíveis - inferências. (GRINBERG, 2015, p.137).

Com isso, as lacunas que descortinam novos caminhos para pesquisas historiográficas e sociológicas, instituem um permanente devir científico, ou seja, sempre haverá possibilidades de investigações, e documentos para serem e descobertos e analisado, além de outros vieses de estudos sobre os mesmos.

## **REFERÊNCIAS**

ANGELI, Douglas Souza. “Sombra, medo e pesadelo”: o MDB e a construção de um discurso de oposição na ditadura militar. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Dr. Rodrigo Lemos Simões. Canoas: Centro Universitário La Salle, 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, Número: 39, Publicado: 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Lr4PhhhK8GzcBSL7MCTdfnC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 nov. 2023

BOITO Jr, Armando. O sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, 2005.

BRASIL. LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm) Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 2.134, DE 24 DE JANEIRO DE 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2134.htm) Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46) Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. DECRETO No 79.099, DE 6 DE JANEIRO DE 1977. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d79099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79099.htm) > Acesso em: 10 nov. 2023.

CATTANI, Antônio David. A ação coletiva dos trabalhadores. Porto Alegre: SMCutura, 1991

CATTANI, Antônio David. Movimento sindical – o permanente desafio da renovação. Ensaio FEE. Porto Alegre. 1993

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

GOZETTO, Andréa Oliveira. **Movimentos Sociais e Grupos de Pressão: Duas Formas de Ação Coletiva**. ReMark - Revista Brasileira de Marketing, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 57–66, 2009. DOI: 10.5585/remark.v7i1.1253. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/11715>. Acesso em: 02 dez. 2023.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.

ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

NUNES, Simone Aparecida. Sindicato somos nós, organizados na fábrica: o “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalurgicos de Canoas (RS) e o caso da greve na Coemsa (1983). Trabalho de Conclusão - Faculdade UFRGS, PORTO ALEGRE, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias e segurança e informações das universidades. Topoi, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008.

PENNA, Rejane Silva (coord.). Centro. 2. ed., rev. Canoas: La Salle, 2004a. (Canoas: para lembrar quem somos. 3)

PENNA, Rejane Silva (coord.). São Luiz e São José: Identidades, Indústria e Universidade. Canoas: La Salle, 2001. (Canoas: para lembrar quem somos, 7)

REIS, Daniel Arão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 1 ed. 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Coleção O Brasil Republicano, v.4). Disponível em: [https://ditaduraesistemasdejustica.files.wordpress.com/2014/06/esquerdas\\_revolucionarias\\_e\\_luta\\_armada.pdf](https://ditaduraesistemasdejustica.files.wordpress.com/2014/06/esquerdas_revolucionarias_e_luta_armada.pdf) Acesso em: 17 abr. 2022.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2009.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha(org.). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita. História – Sindicato. Disponível em: <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/historia-sindicato/>> Acesso em: 22 abril 2022.

Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita. CUT Brasil, São Paulo, 02 setembro, 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sindicato-dos-metalurgicos-de-canoas-e-nova-santa-rita-rs-completa-50-anos-de-hi-8b0a#> Acesso em: 03 dez. 2023.

SOUZA, José Edimar de; GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. Cadernos CERU, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo : Boitempo, 2010.

TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

VIEGAS, Danielle Heberle. Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VIEIRA, Sezefredo Azambuja. História de nossos Prefeitos. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, 2004. (Série Documento, 5)

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A história do século XX. 2 ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar brasileira (1964-1985); 2019; Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais,

SOUZA, R. R. **O sistema público de saúde brasileiro**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – TENDÊNCIAS E DESAFIOS DOS SISTEMAS DE SAÚDE NAS AMÉRICAS, ago. 2002, São Paulo. Anais eletrônicos... Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema\\_saude.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf) Acesso em: 29 nov. 2023

## **FONTES PRIMÁRIAS**

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Irregularidades cometidas pelo sr silvio da silva goulart presidente do stimmme de canoas rs**. 17/09/1979; BR

DFANBSB V8. 20 p. Disponível em:

[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1916519&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1916519&v_aba=1) Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Listas tríplices de candidatos aos cargos de vogais da justiça do trabalho do estado do rio grande do sul.**

16/8/1977; BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010595. 5 p. Disponível em:

[https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1924727&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1924727&v_aba=1) Acesso em: 22 out. 2023.